

Carta Mensal

2025

804

v. 72

**Conselho
de Notáveis**

Carta Mensal

2025

804

v. 72

Conferências proferidas nas reuniões semanais do Conselho de Notáveis da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

Sumário

Notícia vestida de mentira em ano eleitoral

Maurício Dinepi..... 04

Mudanças que a “IA” vem impondo no jornalismo

Maurício Dinepi..... 24

A Revolução Liberal de 1842

Antônio Celso Alves Pereira..... 55

Petróleo Passado, Presente..... e Futuro?

Olga C. R. L. Simbalista 77

“Amazônês” Linguajar Amazônico Amostra do Glossário

Cláudio Chaves 94

São de responsabilidade de seus autores os conceitos emitidos nas conferências aqui publicadas.

Solicita-se aos assinantes comunicarem qualquer alteração de endereço. As matérias podem ser livremente reproduzidas integral ou parcialmente, desde que citada a fonte. A íntegra das duas últimas edições desta publicação está disponível no endereço: www.portaldocomercio.org.br

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo 2025, v. 72, n. 804

Brasília

SBN Quadra 1, Bloco B, nº 14, do 15º ao 18º andar

Edifício CNC

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500 | 3329-9501

cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9237

conselhodenotaveis@cnc.org.br

www.portaldocomercio.org.br

Periodicidade Irregular

Editor Responsável: Geraldo Roque

Projeto Gráfico: Gerência Executiva de Comunicação

Revisão: Elisa Sankuevitz, Helô Castro e Marília Pinto de Oliveira

Impressão: Gráfica WalPrint

Carta Mensal | Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - v. 1, n. 1 (1955) - Rio de Janeiro: CNC, 1955-104 p.

Periodicidade Irregular

ISSN 0101-4315

1. Problemas Brasileiros - Periódicos. I. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. Conselho de Notáveis.



Conselho de Notáveis

Presidente

José Roberto Tadros

Coordenador

José Bernardo Cabral

Ernane Galvêas

In Memoriam

Conselheiros

Aldo Floris	José Luiz Silveira Miranda
Antônio Celso Alves Pereira	Luiz Augusto de Castro Neves
Ari Cordeiro Filho	Luiz Felipe de Seixas Corrêa
Armando Castelar	Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Arnaldo Niskier	Luiz Roberto Azevedo Cunha
Aristóteles Drummond	Marcus Antonio de Souza Faver
Arno Wehling	Maria da Conceição Beltrão
Aspásia Camargo	Mary Del Priore
Aurélio Wander Bastos	Maurício de Castilho Dinopi (<i>IN MEMORIAM</i>)
Carlos Afonso Pierantoni Gambôa	Nelson Manoel de Mello e Souza
Carlos Thadeu de Freitas Gomes	Olga Cortes Rabelo Leão Simbalista
Claudio do Carmo Chaves	Paulo César de Martinez y Alonso
Claudio Roberto Contador	Paulo Jobim Filho
Francisco Amaral Neto	Ricardo Vélez Rodríguez
Geraldo Holanda Cavalcanti	Roberto Fendt
Humberto Mota	Roberto Rosas
Ives Gandra Martins	Rubem de Freitas Novaes
Jair de Carvalho e Castro	Rubens Penha Cysne
Joel Mendes Rennó	Samuel Buzaglo
José Bernardo Cabral	Sergio Franklin Quintella
José Gustavo de Souza Costa	Sydney Limeira Sanches
José Júlio Senna	Vicente de Paulo Barreto

Notícia vestida de mentira em ano eleitoral

Maurício Dinepi

Escolhi esse título para abrir aqui com vocês a terceira conversa de uma série que até agora tem a *internet* como eixo. Nas conversas anteriores, na primeira palestra, relembro, “tratamos da transformação que a *internet* impôs aos meios de comunicação tradicionais” (veículos impressos, televisão e rádio), universo onde vivi e atuei por décadas.

Na segunda palestra, tentamos avaliar o “tamanho da transformação que a *internet* produziu e continuará produzindo” na economia mundial como um todo.

Dessa vez, trago aqui um tema mais espinhoso, digamos assim. Sentir-se bem informado diante do oceano de *fake news* despejado diariamente na rede, principalmente pelas redes sociais, é comportamento pelo menos imprudente diante de algo que, com certeza, tornou-se um estigma da *internet*.

Estigma definitivo, que vai se expandir ainda mais neste ano de eleições e, ao que tudo indica, vai durar enquanto existir *internet*. Parasita permanente e indesejável. A *internet* veio ao mundo com as *fake news* na bagagem. Essa realidade fica mais aguda quando lemos, vemos ou assistimos autoridades falando sobre os riscos da rede.

Um exemplo: nos primeiros dias desse ano o jornal *O Globo* publicou entrevista com o Advogado Geral da União, Jorge Messias. Ele

disse lá com todas as letras: “Vivemos um momento de lei da selva no ambiente virtual”. Na mesma entrevista ele aponta a principal saída: a regulação das redes sociais. Disse ele: “Temos que priorizar um marco legal que confira cidadania digital e responsabilização das plataformas. Hoje, não há nenhum tipo de filtro”.

VIDA LONGA PARA AS *FAKE NEWS*

Tudo indica que as *fake news*, na forma como estão ocorrendo, terão vida longa. Vamos falar do esforço para a regulação mais adiante.

Ainda um estrangeirismo não adotado oficialmente pelos nossos dicionários, a expressão ilustra o primeiro quadro dessa minha exposição, com a devida tradução: “notícia falsa”. Como profissional da mídia, e como consumidor de informação, devo confessar que é uma realidade terrível essa de, antes de ler uma notícia de meu interesse, ter que checar se ela é falsa ou verdadeira.

Falsas notícias existem desde o início dos tempos, mas a falsa notícia eletrônica, disseminada mundo afora sem nenhum pudor, é algo mais recente. E lamentável. O anonimato garantido pela *internet* propiciou o surgimento de seres humanos sem medo de contar mentiras, sem vergonha de ser Pinóquio. Sem vergonha de serem falsos. Pior, mentir na *internet* virou profissão. E, lembremo-nos, é crime. Vamos tratar disso mais adiante.

Para se defender, tudo o que um consumidor de informação tem que fazer é exercitar o “faro”. Aprender a ler intenções, principalmente as más, enquanto não descobrem um detector de mentiras que funcione com a mesma rapidez das *fake news*. Temos o recurso da checagem, sim. Vamos falar dele mais adiante também.

Há duas ou mais décadas as falsas notícias são uma marca lamentável de um mundo onde, em outubro do ano passado, viviam virtualmente 5,3 bilhões de seres humanos, ou 65,7% da população do planeta. É muita gente exposta aos riscos dessa prática.

O ser humano é dependente da *internet*, mas não de suas impurezas, vamos combinar. Até porque, é a *internet* que depende dele, não o contrário. Sim, a *internet* somos nós. É o ser humano que a faz andar. Há quem prefira dizer que a *internet* é culpa nossa. Se julgarmos olhando o nariz do Pinóquio, sim. Quem alimenta a desinformação na rede somos nós, ou seja, a culpa pelo impacto das *fake news*, praga incontrolável, é nossa mesmo.

A *internet* é o retrato do nosso caráter, o resultado da nossa atividade dentro dela. Quem a torna vulnerável somos nós. Claro, as *fake news* não são a maior parte do conteúdo da *internet*, graças a Deus. Mas como temos visto, elas podem ser decisivas nas eleições, em guerras, em pandemias. Ou, ainda bem, ressuscitar John Lennon numa balada inédita dos Beatles. Tudo o que está na rede foi colocado lá por um ser humano. Com ou sem Inteligência Artificial, ou seja, as *fake news* são para sempre. Temos que conviver com elas.

“DEU NA *INTERNET*”

A gente meio que se acostumou com uma justificativa barata para explicar o que consideramos absurdo na rede. “Deu na *internet*”, costumamos dizer quando repassamos uma boa ou uma péssima notícia. “Deu na *internet*” soa como uma forma de passar o pano sobre a não veracidade da informação que estamos compartilhando. “Virou meme” também parece ter essa função quando o conteúdo é mais leve.

Que fique claro: a *internet* não dá nada sozinha: “Nós é que a alimentamos, que a empoderamos, acrescentando informações ou mentiras, encorpando seu repertório infinito, sua goela insaciável”.

NÃO LEVANTAR FALSO TESTEMUNHO

Fake news é a denominação contemporânea para um fenômeno que percorre a história da humanidade desde sempre, em forma de fofoca, de boato, mexerico, babado etc. Difícil alguém conseguir dimensionar o volume de boatos que povoaram o dia a dia do homem na Terra ao longo dos tempos.

Com a *internet*, mais difícil ainda. O boato é cláusula pétreia na construção da cultura humana. E a *internet* o potencializou. Pior: conferiu credibilidade à informação falsa. Parafraseando um comercial de energético, deu asas à mentira. As *fake news* não atrapalham só quem se vale da rede para buscar informação jornalística. Elas impactam todas as atividades humanas que movimentam a *internet*, principalmente as econômicas.

A *Bíblia* tem fartos registros condenando quem usa a língua para difamar. Não levantar falso testemunho, diz o nono mandamento das Tábuas de Moisés. “Prestar falso testemunho é uma forma de desonestidade”. E na própria *internet* é possível descobrir como isso era comum, tanto entre os simples mortais quanto, e principalmente, nas altas cortes na história da civilização ocidental.

Por exemplo: historiadores já provaram que Maria Antonieta nunca aconselhou o povo a, na falta de pão, comer brioche. Foi um boato, uma fofoca, uma *fake news* lançada pelos revolucionários franceses para derrubar a realeza.

Maria Antonieta e Luiz XVI, aprendemos na escola, morreram decapitados em 1793. E voltando mais ainda no tempo, bem antes dos brioques de Maria Antonieta. Como classificar, hoje, o Cavalo de Troia? Tudo bem, foi uma tática de guerra, mas vai dizer que aquilo não era uma *fake news*?

NÃO EXISTE *FAKE NEWS* DO BEM

“Nos dias que correm, quem precisa da *internet* para informar ou ser informado de forma correta está diante de uma realidade que mais assusta que acalma.”

Podemos entender que a fofoca de outrora, turbinada, hoje, pelas redes sociais e pelos bilhões de usuários da rede, saiu do controle. Seu volume é oceânico, aparentemente incalculável. Até porque, os algoritmos que ajudam a levantar estatísticas na rede não sabem (ou preferem não saber) diferenciar o falso do verdadeiro.

Quando era conhecida como boato, uma *fake news* tinha repercussão com limites geográficos, temporais ou sociais. Com a *internet*, ela se esparrama pelos quatro cantos do mundo, sem freio, sem prazo para cessar, alimentada por interesses quase nunca saudáveis. Vamos combinar: “não existe *fake news* do bem. A expressão começa com uma palavra que, em inglês, quer dizer falso. Terrível isso”.

Tenho aqui números que podem dar uma dimensão do tamanho dessa encrenca no Brasil. Foram divulgados pelo Comitê Gestor da *Internet* no Brasil, em novembro último.

Um parêntese: criado por uma portaria interministerial em 1995, o Comitê Gestor da *Internet*, o CGI.br, é um órgão oficial que coordena e controla todos os movimentos da *internet* no país. Seus onze inte-

grantes têm mandato de 3 anos e representam o setor governamental, o setor empresarial, o terceiro setor e a comunidade acadêmica.

Segundo o CGI.br, a *internet* no Brasil tem cerca de 156 milhões de usuários, ou 84% da população. Em 2022 era 81%. Dos 156 milhões, mais da metade – 58%, ou 78 milhões – acessaram a rede, no ano passado, apenas pelo celular. Esse índice era maior em 2002, em torno de 62%.

Um dado da pesquisa que é importante para encorpar nossa análise: “71% dos usuários (ou cerca de 52 milhões) tiveram o cuidado de verificar, por computador ou celular, se a notícia ou informação que tinham na tela era verdadeira”.

Trata-se de um dado significativo: de cada 100 internautas, 71 estão preocupados com a indústria da desinformação na rede, ou seja, perdem um tempo precioso para descobrir se estão diante de uma verdade ou uma mentira. Os que não têm o cuidado de verificar se o que estão lendo é mentira ou verdade somam 26 milhões. Um exército que assusta, não?

Veja bem: são números recentes, do segundo semestre do ano passado. Fruto de um trabalho que deixa claro que, para o usuário, “a falsa notícia já está consolidada como elemento permanente do ecossistema da *internet*”.

Tais números são da pesquisa TIC Domicílios 2023, uma espécie de monitoramento que mede os movimentos e hábitos dos brasileiros na convivência com a *internet*. Um trabalho permanente, *online*, que regularmente gera estatísticas sempre divulgadas pelo Comitê Gestor da *Internet*, que supervisiona todo o trabalho.

O levantamento que trouxe esses números ouviu 21.271 pessoas, cobrindo 23.957 domicílios, entre março e julho de 2023. TIC é abreviação de Tecnologia da Informação e Comunicação, cuja evolução no país é comandada e acompanhada pelo CGI.br. As pesquisas, como já disse antes, são permanentes e abrangem também o universo das empresas.

NÃO VAI TER MAIS BOBO NA REDE

Não bastasse esse trabalho regular, outros estudos, muitos de alcance mundial, ajudam a analisar o universo não real da vida no planeta. A Poynter, respeitada no meio, e o Google, descobriram recentemente que quatro em cada dez brasileiros recebem *fake news* diariamente. E perto da metade deles (39%) compartilha o que lê e identifica como falso.

Nesse estudo, um dado preocupante: os jovens e os nem tão jovens assim, a tal da Geração Z, não veem problema algum em disseminar *fake news*. Num olhar mais benevolente, podemos ver aí uma entrelinha favorável e entender que um dia, quando todos os usuários da *internet* tiverem idades que caibam na Geração Z, as *fake news* poderão virar paisagem, ou seja: todos os usuários da rede saberão identificar e lidar com o problema. Estarão acostumados com a mentira. Terão desenvolvido defesas. Parafraseando o futebol, vai chegar um dia em que não vai ter mais bobo na *internet*. Vamos torcer.

Aliás, os estudiosos da rede consideram como integrantes da Geração Z quem nasceu no fim da década de 1990, ou seja, são nativos da *internet*, tem uma relação íntima com o meio digital porque nasceram quando a expansão tecnológica estava em alta.

E se o marco inicial é o fim da década de 1990, podemos deduzir que a Geração Z já é maioria no mercado de trabalho hoje, já está integrada à rotina da sociedade.

Há quem enxergue uma atenuante nos dados sobre brasileiros que aceitam e repassam *fake news*. A pesquisa do Comitê Gestor descobriu, como já vimos antes, que a maioria deles (58%) usa só o celular para lidar com a *internet*. Essa maioria pode ser carente de celulares mais possantes ou, pior, de mais habilidade digital, ou seja, não domina a ferramenta que tem em mãos. Com isso, ler e compartilhar torna-se passo único e quase automático para quem não se incomoda com *fake news*. E isso daria uma turbinada nas mentiras.

Nessa tentativa de mapear o tamanho da montanha das *fake news* na *internet* e o quanto elas contribuem para o estigma da desinformação na rede, trago aqui alguns dados de uma outra pesquisa. Essa é da Kaspersky, empresa global de cibersegurança.

Ela descobriu, também no ano passado, que 62% dos brasileiros não conseguem identificar ou reconhecer uma notícia falsa. O número é ruim. Mas essa pesquisa, de âmbito continental, traz uma informação interessante: um terço dos pesquisados recebe e lida com *fake news* pelas redes sociais. E há um outro terço, pelo menos no Brasil, que opta por confiar nos *sites* da mídia tradicional, ou seja: para uma parte significativa dos usuários, confiar na mídia tradicional é o caminho para quem busca clarear as informações que lê.

Uma questão delicada nessa afirmativa: os jovens, a tal Geração Z, não se interessam pela mídia tradicional. Chegaram à prateleira da população economicamente ativa depois do reinado dos impressos.

A *fake news* se espalha de forma mais rápida e profunda que as notícias verdadeiras. As primeiras, predominantes nas redes sociais, atingem, cada uma delas, de mil a 100 mil pessoas. As segundas, mais presentes na mídia tradicional, alcançam, em média, mil pessoas cada uma, não mais que isso.

Tais dados são fruto de um estudo do Instituto de Tecnologia de Massachussets, dos Estados Unidos, que concluiu o seguinte: as notícias falsas se esparramam 70% mais rápido que as verdadeiras. Goleada das *fake news*, né não?

JORNALISTA VIROU CAÇADOR DE MENTIRAS

As *fake news* obrigaram as empresas de mídia a incluir em seus orçamentos uma editoria específica para enfrentar a mentira, investindo e gastando mais em infraestrutura, tecnologia e pessoal. Hoje, quando sai da faculdade, em vez de buscar o furo jornalístico, um sonho na carreira, o jornalista pode crescer na profissão como caçador de mentiras. Uma especialidade que promete se perenizar.

Aliás, as faculdades de jornalismo estão há algum tempo se mexendo para colocar seus alunos na realidade das falsas notícias na *internet*. “Lembremos de novo: notícia falsa sempre existiu. O problema é que agora ela está exigindo mais tempo, preparo e suor de quem trabalha para esclarecê-las”. Ou desmenti-las.

Jorge Tarquini, coordenador de pós-graduação da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), deu recentemente um testemunho importante nesse quesito: “Temos feito atualizações curriculares frequentes, mas, ainda assim, a academia não consegue acompanhar a velocidade de transformação do mercado jornalístico”, disse ele numa entrevista à *Folha de S. Paulo*.

A falsa notícia e as redes sociais se deram muito bem, como estamos vendo. E o mais grave é que “há quem ganhe bom dinheiro disseminando mentiras. Mentir já é uma profissão”. Claro, empresas que vivem de publicar informação verdadeira trataram de reagir: surgiram as agências de checagem, ferramenta nobre disponível na *internet*.

Elas começaram a surgir nas primeiras décadas deste milênio, inicialmente nos Estados Unidos. No Brasil, as principais agências de checagem de notícias são operadas por empresas com relevância na mídia tradicional, portadoras de credibilidade sólida, construída ao longo de décadas.

Elas se tornaram uma necessidade no mundo, das empresas que vivem de informar. Há estudos que mostram que o ser humano tem dificuldade para diferenciar informações falsas de verdadeiras. Há um fenômeno que pode estar contribuindo para encorpar o problema: a infoxicação, provocada pela sobrecarga de informação ofertada pela rede. Há também quem acredite que liberdade de expressão é o direito de publicar e ler o que bem entender na *internet*.

Aliás, “a marca forte e covarde das *fake news* é o anonimato”, de braços dados com a disseminação através de ferramentas automatizadas, os robôs. Já quem atua na checagem, na busca da verdade, vê sua apuração ser veiculada basicamente nos *sites* das empresas tradicionais, cujas audiências têm peso ínfimo perto da repercussão das redes sociais.

IMPACTO DAS NOTÍCIAS FALSAS NAS NOSSAS VIDAS

A CNN Brasil divulgou no fim do ano passado uma pesquisa inédita que mostrava o tamanho do impacto das *fake news* na vida do internauta que busca informação eletrônica em dois aplicativos importantes: *Whatsapp* e *Telegram*. Conclusão: “25% do que se publica neles sobre política é distorcido, exagerado ou falso”. O trabalho foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Ideia, que atua em pesquisas eleitorais, em parceria com o Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados.

Os pesquisadores elaboraram um gráfico que expõe o teor das *fake news* nos dois aplicativos investigados. Não estaremos errando se dis-

sermos que os 25% cresceram significativamente neste ano eleitoral de 2024. No dia 8 de outubro de 2024, 5.567 municípios elegeram seus prefeitos.

Já que estamos falando do papel das redes sociais, acho que vale um rápido destaque aqui:

O BRASIL E AS REDES SOCIAIS

O *Youtube*, o *Facebook* e o *Instagram*. “O Brasil é o terceiro maior do mundo no uso de redes sociais”, atrás apenas da Índia e da Indonésia e à frente dos Estados Unidos, do México, da Argentina, entre outros. São dados da Comscore, empresa americana que faz análises da *internet* e fornece dados para grandes empresas do mundo, entre elas as de mídia.

A IMPORTÂNCIA DOS CHECADORES

“Há quem veja o trabalho das agências de checagem como uma missão”. Dupla missão: de zelar pela verdade que vai entrar para a história e de dar dignidade à *internet* no quesito informação. “Outros falam que elas enxugam gelo.” Outros ainda, comparam a questão a uma luta infundável de Davi contra Golias. Uma *fake news* causa “prejuízos morais ou financeiros quase sempre irre recuperáveis” e, não raro, surge no noticiário como causa de mortes.

Alguém aqui se lembra de uma história ocorrida em 2014 no Guarujá, em São Paulo? Uma página do *Facebook* botou no ar que uma determinada mulher sequestrava crianças para ceder a rituais de feitiçaria. A postagem incluía um retrato falado. Dois dias depois, uma mulher de 33 anos, mãe de dois filhos, acabou erroneamente identificada pela multidão como a sequestradora. Foi linchada e morta. Uma crueldade

que os linchadores filmaram e depois postaram na *internet*. A polícia paulista informou que a história era totalmente inverídica.

Uma delas, a Lupa, fundada em 2015, divulgou recentemente o Mapa Mundi da desinformação, um levantamento detalhado da “postura mundial na luta contra as *fake news*”. Foram analisadas leis de 190 países ao longo de quatro meses, entre julho e outubro de 2023. Só ficaram de fora sete nações, aparentemente sem lei alguma dentro do tema: Antigua e Barbuda, Dominica, Micronésia, Níger, Islândia, Palau e nosso vizinho Suriname.

No Brasil, “a ferramenta de combate mais usada tem sido o Código Eleitoral, que certamente vai ser usado na guerra que vem aí, agora de forma até mais eficiente, já que as estratégias das *fake news* no campo político mostram crescimento”.

O Projeto de Lei 2.630 criado há 3 anos para regular o assunto continua empacado, atacado por todos os que de alguma forma tem interesse no tema como possível réu ou possível vítima. São pequenas as chances de o PL 2.630, também chamado de Lei das *Fake News* ou PL da Censura, ser aprovado a tempo de valer nas eleições que se aproximam.

Além dos países sem lei, que não dispõem de instrumento legal algum contra o compartilhamento de desinformação, a Lupa classificou os países em outras quatro categorias: Sem Informação (onde não foi possível localizar uma lei qualquer sobre *fake news*); Projeto de Lei (países que discutem propostas sobre o assunto); Lei não Específica (nações com leis não específicas sobre punição de autores de mentiras); e Lei Específica (países com leis claras sobre o combate às *fake news*).

O Brasil pode ser visto nesse mapa com diferentes óculos. Temos lei específica contra *fake news* que propagam mentiras em período eleitoral, com punições que vão de multas a prisões. Estão no Código Eleitoral. O empacado Projeto de Lei 2.630, quando chegar, poderá botar ordem na casa.

Mas, na luta contra a desinformação, entre nós vale também o Código Penal. Aliás, por conveniência, “há muita gente confundindo o combate às *fake news* com o fim ou a redução da liberdade de expressão”.

O Código Penal estabelece três configurações de crimes vinculados a mentiras e boatos. São os crimes de honra: calúnia, injúria e difamação, com penas que podem ir de doações de cestas básicas a 4 anos de prisão. Diretor do *InterneLab*, um centro de pesquisa em direito e tecnologia, o advogado Francisco Brito Cruz afirma que o Código Penal brasileiro pode, sim, ser instrumento precioso de combate às *fake news*. E também quem compartilha a mentira está sujeito às penas da lei.

Uma incansável agência de checagem é a Fato ou Fake, operada pelo portal G1 e alimentada por todas as empresas do Grupo Globo. Criada em 2018, num de seus últimos balanços divulgou que em 4 anos, realizou mais de 3 mil checagens, sendo 1,6 mil delas classificadas como boato e outras 1,4 mil constituídas por frases ditas por políticos, principalmente durante campanhas eleitorais.

Do total geral, 700 checagens foram relativas a mentiras sobre a pandemia do Covid 19. Mas o cardápio é variado: foram checados áudios, vídeos, fotos e mensagens com teorias da conspiração e conteúdo mentiroso nas áreas de política, economia, ciência, saúde, assim por diante. O ano com maior volume de checagens foi 2020, marcado pelo início avassalador da pandemia.

No total, o Fato ou Fake checou 1.012 mentiras. Todos os jornalistas de todos os veículos do Grupo Globo (TV Globo, GloboNews, *O Globo*, *Extra*, *Época*, *Valor Econômico*, CBN) produzem para o portal Fato ou Fake, sendo que em períodos eleitorais se dão ao capricho de acompanhar entrevistas e debates de candidatos para fiscalizar as informações que normalmente são badaladas nessas ocasiões. É uma espécie de força-tarefa a favor da verdade. Uma força-tarefa que desconhece o tamanho real do inimigo.

Outro trabalho interessante no campo da checagem é feito pelo Boatos.org, criado em 2013 pelo jornalista Edgard Matsuki. Segundo ele, a ferramenta é independente e nasceu da “vontade de inovar em relação ao jornalismo, do desejo de ter autonomia sem se submeter à burocracia das grandes empresas jornalísticas e do diagnóstico de que havia muito conteúdo falso em redes sociais e pouca gente desmentindo estas mensagens”.

O Boatos.org publica cerca de 100 checagens por mês, todas desmentindo *fake news*. Desde sua criação já publicou cerca de 10 mil checagens. Com cerca de 1 milhão de acessos mensais, está entre as maiores do país e virou fonte de informação para grandes veículos, além de ajudar na educação midiática, ensinando como separar o joio do trigo.

Até junho do ano passado o *site* publicava apenas mensagens classificadas por dois selos: falsas ou boatos sem comprovação.

Há um ano, a classificação de conteúdos passou por mudanças. “As checagens agora são publicadas com tarjas que qualificam o conteúdo: *fake news*, boato sem comprovação, golpe, enganoso, exagerado, verdadeiro, real com erros e em apuração de combate”.

Segundo Matsuki, Boatos.org se mantém independente e costura algumas parcerias pontuais. No momento é parceiro de conteúdo do portal Metrôpoles, de jornalismo, e participa de coalizões de combate às *fake news* por parte do CNJ e do TSE.

TERCEIRO MAIOR CONSUMIDOR DE *FAKE NEWS*

Um estudo do Reuters Institute Digital News de alguns anos atrás informava que o Brasil ocupava então a terceira colocação no *ranking* global de países que mais consomem e compartilham informações falsas no planeta. Em tese, o Brasil está, então, no topo da lista dos países com *internet* mais exposta e receptiva à mentira. O estudo é poderoso. Foram ouvidas 74 mil pessoas em 37 países. De cada 100 usuários de redes sociais no Brasil, 35 consomem e compartilham informações falsas.

Embora nem tão recente, mas ainda significativo, o estudo indica que a medalha de bronze do Brasil pode continuar no peito. E pode até trocar de cor nesse ano eleitoral.

O estudo da Reuters revelou que existe uma alfabetização noticiosa. Países das prateleiras mais altas do primeiro mundo mostram uma atuação menos danosa das mentiras na vida de quem busca informação na *internet*.

Mas, voltando à peleja da verdade contra a mentira: ela tem algumas nuances que precisam ser acompanhadas mais de perto. Por exemplo: é possível afirmar que os profissionais a serviço da mentira começam a se mobilizar para criar obstáculos à luta contra a desinformação. “As agências de checagem, suspeita-se, entraram na linha de tiro desses profissionais.”

Com a ajuda da tecnologia, as postagens com mentiras estão embutindo, em seus conteúdos, gatilhos ou armadilhas que buscam dificultar e retardar a pesquisa e apuração sobre suas origens e fontes.

É lamentável, mas mentir na *internet* virou meio de vida, num universo que envolve profissionais das mais diversas áreas, entre eles assessores políticos, marqueteiros, puxa-sacos em geral, jornalistas (sim, jornalistas) e uma categoria nova, os influenciadores, ou *influencers*, denominação que parece ter chegado para ficar. “Claro, um influenciador não é necessariamente um agente da desinformação. Mas é mestre em narrativas.”

Já existem demandas de registro de sindicatos dessa profissão gestada pela *internet*. Tramita no Ministério do Trabalho um pedido de criação do Sindinfluencers/BR, com um nome oficial extenso: Sindicato Nacional dos Influenciadores e Agentes Digitais, Prestadores de Serviços de Comunicação, Individual e Coletiva, Privado em Tecnologia de Comunicação, Mídia Social em Rede no Brasil. “Um guarda-chuva amplo e generoso, como vemos”.

Outra demanda que está nessa corrida é a da criação do Sindigital. Há 2 anos, um grupo de 11 influenciadores, *youtubers* em sua maioria, percorreu o Congresso e o Planalto em busca de apoio ao processo de oficialização da entidade. O Sindigital se anuncia como um grupo “apartidário e independente, oposto a qualquer especulação”. Em Brasília, foram recebidos pelo, então, presidente e um de seus filhos, Carlos Bolsonaro.

Para encerrar essa conversa de hoje: O que motiva e leva um cidadão a tornar-se profissional das *fake news*? O Fato ou Fake, do G1, fez a pergunta para especialistas e obteve um resultado interessante. A mentira na *internet* nasce de três vertentes principais.

Vou ler aqui o que está no *site* deles:

QUEM CRIA *FAKE NEWS*

“Conviver com essa realidade do mundo virtual é cansativo, física e mentalmente. E tudo indica que isso não vai mudar.”

A título de curiosidade, segue aqui uma pesquisa rápida sobre *fake news* que ficaram na história e que consumiram nossas energias, antes e depois da *internet*. Elas podem inspirar um exercício interessante: Quais as *fake news*, de antes e depois da *internet*, que mais impactaram a vida de cada um de nós?

EXEMPLOS DE *FAKE NEWS*

Vou terminar lembrando aqui algumas delas.

O prefeito dos factoides: Tivemos um prefeito que operava um *blog* onde praticava um esporte precursor da desinformação, da notícia falsa. Era o tempo dos factoides, lembram?

Caso Boeing da Air Malaysia e o Google Earth: Recentemente, a *internet* foi inundada por uma “descoberta” que só foi possível porque existe o Google Earth. Depois de demoradas pesquisas e conjecturas, um engenheiro britânico disse ter localizado o Boeing da Air Malaysia desaparecido em 2014 com 239 pessoas a bordo, num dos maiores mistérios da aviação mundial. A “descoberta” indicava até o ponto exato onde estaria o avião: 33 graus ao sul e 95 graus a leste do Oceano Índico. *Fake news* das grandes, divulgada pela rede e pela mídia no mundo inteiro.

Boimate na *Revista Veja*: Caso clássico pré-*internet*: jornalistas competentes da *Revista Veja* caíram numa pegadinha de 1 de abril da quase

infalível revista britânica *New Science*. Em 1983 a publicação informou que cientistas alemães haviam conseguido cruzar tomate com boi. A *Veja* publicou com um título que ficou para sempre na história das barrigas do jornalismo brasileiro: Boimate. Uma *fake news* sem nenhuma seriedade jornalística e ainda por cima, de mau gosto: carne com sabor de tomate não deve descer bem.

O pouso do disco voador: Edílício Barbosa, o cidadão pode ser considerado como um dos precursores, do que, hoje, todos entendemos como *fake news*. Na linguagem de agora digamos que ele seria um *influencer*, um influenciador. O que ele fez? Foi em 1980. Dizendo-se Mensageiro de Júpiter, procurou as autoridades de Casimiro de Abreu, cidade aqui perto do Rio, para informar que à meia noite do dia 8 de março de 1980 um disco voador pousaria numa fazenda da cidade, quase às margens da BR 101.

O pouso virou notícia na grande mídia, um mês antes do dia marcado. Ocupou páginas de jornais do exterior. E juntou uma cobertura digna de Copa do Mundo. Edílício deu coletiva depois do fracasso e teve proteção policial para sair da fazenda. Ao justificar o fracasso, disse que os jupiterianos teriam desistido porque no campo de pouso, de onde a multidão teria que ficar até 500 metros de distância, havia 40 humanos deitados. Sabe quantas pessoas viraram a noite para assistir o evento? Cerca de 10 mil, pelos cálculos da Polícia Militar. Edílício, Deus e Júpiter o tenham, morreu meses depois da *fake news* intergaláctica, vítima de diabetes.

Ator Mário Gomes: Em 1977, o ator Mário Gomes virou notícia nacional por conta de um boato criado e espalhado por ciúmes. A mentira foi plantada num jornal sensacionalista já extinto, *Luta Democrática*. Bonitão da época, ele teria vivido um romance com a

namorada de um todo poderoso diretor de uma poderosa emissora de TV. Então, no auge da carreira, Mário Gomes caiu no esquecimento. É casado, pai de quatro filhos e está com 71 anos. Foi visto em 2017 vendendo sanduíches em uma barraca de praia no Rio.

A grávida de Taubaté: Maria Veronica, então com 25 anos, impressionou o país em 2012 pelo tamanho da barriga, que segundo ela carregava quadrigêmeos. Era mentira, fartamente divulgada como verdade pela *internet* e pela mídia tradicional.

A GRANDE IMPRENSA E DOIS CASOS ICÔNICOS DE *FAKE NEWS*

Quero encerrar essa lista de *fake news* icônicos, digamos assim, com mais dois casos, ocorridos com a imprensa *top*, no Brasil e no mundo. Esse dois exemplos podem dar a impressão de que a gente dorme com o inimigo e não sabe:

Diário Popular, TV Globo e Escola Base: Em São Paulo, em 1994, os proprietários de uma escola infantil foram irresponsavelmente e injustamente acusados de abuso sexual das crianças que frequentavam a Escola Base, particular, situada no bairro da Aclimação. Houve clara precipitação da imprensa paulista, que deu amplo espaço à conduta errônea da polícia. A escola fechou. O único jornal que não acreditou nas versões da polícia foi o *Diário Popular*. Em documentário recente sobre o caso, o repórter da TV Globo que investiu fortemente no caso, Valmir Salaro, se retratou, reconhecendo o erro. Tarde, né? Quase três décadas depois.

The New York Times e Jayson Blair, o repórter que inventava matérias: Lá se vão duas décadas de outro escândalo protagonizado pela própria imprensa, dessa vez por um dos jornais mais influentes do mundo,

The New York Times. Em 2003, o repórter Jayson Blair foi demitido por forjar e plagiar reportagens que o jornal publicava com destaque. Por causa dele, dois editores pediram demissão e o jornal decidiu mudar as regras de conduta da redação.

Jayson Blair, hoje com 48 anos, arranhou emprego como *life coach*, uma espécie de orientador de vida, numa respeitada instituição de saúde mental da Virgínia, estado americano. Sua demissão foi notícia de primeira página na edição de 11 de maio de 2003. “A fabricação e o plágio generalizados representam uma profunda traição à confiança e um ponto baixo nos 152 anos de história do jornal”.

Um constrangimento sem tamanho para um jornal que tem a credibilidade como um de seus principais atributos. É um vexame para um diário que faz questão de alardear, no alto de sua capa, que só imprime notícias que valem a pena:

“All the News That’s fit to print”, diz o lema do jornal, que nasceu em 1851 e vem crescendo ano a ano, no impresso e no virtual.

Mudanças que a “IA” vem impondo no jornalismo

Maurício Dinepi

Nas palestras anteriores, falamos da transformação imposta pela *internet* no mundo da comunicação tradicional, onde vivi minha experiência profissional mais longa. Depois tratamos da absoluta impossibilidade de a economia mundial andar e crescer sem o apoio da *web*. Na palestra anterior, a terceira, traçamos um quadro preocupante da presença das *fake news* na vida cada vez mais digital que levamos hoje. Cada vez mais preocupante, aliás, mesmo com os mecanismos de defesa já desenvolvidos.

Desta vez, vamos tratar da Inteligência Artificial, que, consideravelmente, incorporou na comunicação de 2 anos para cá, após tornar-se generativa e tornar-se a queridinha da *internet*. A sigla IA, já adotada até em conversas, economiza tempo na fala e espaço no texto. E está consagrada no mundo virtual. Em português, IA traduz AI – *Artificial Intelligence*. A IA está no planeta desde os anos 1950.

E está entre nós há algumas décadas, mas demorou para virar notícia. Há quem ainda não percebeu sua existência, embora ela já esteja viva na rotina do dia a dia de muita gente. Sua atuação para o bem, notadamente na medicina, a gente só descobre quando fica doente. Para o mal, fica mais fácil de perceber, sobretudo, quando há exploração de imagens. A IA, aliás, é um recurso poderoso que as *big techs* tem em mãos, sobretudo para levar adiante uma, por enquanto, curiosa discussão na *internet*, o “tecnofeudalismo”, uma nova ordem mundial que o economista grego Yanis Varoufakis identificou há alguns anos

e transformou em livro, a ser lançado por aqui no próximo mês. Mais adiante falaremos um pouco mais sobre essa teoria, agora turbinada pela IA.

Antes, quero registrar aqui uma definição clássica para a expressão que é nosso tema central: “Inteligência Artificial (IA) é um conjunto de tecnologia que se propõe a elaborar dispositivos que simulam a capacidade humana de raciocinar, perceber, tomar decisões e resolver problemas, enfim, a oportunidade de ser inteligente”.

Tecnofeudalismo à parte, vamos começar aqui tratando de algo mais leve. Vamos abrir nossa pensata e análise da IA falando de carnaval. Carnaval numa hora dessa?

Pois saibam todos, se é que ainda não sabem, que o carnaval do Rio perdeu este ano um de seus mais divertidos blocos carnavalescos, o “Imprensa Que Eu Gamo”, fundado em 1995 aqui no Rio, mais exatamente no mercadinho São José, ali na rua das Laranjeiras. O bloco começou só com jornalistas da mídia tradicional e anos depois passou a reunir multidões. Era uma das atrações do carnaval de rua carioca. Mas o que o “Imprensa Que Eu Gamo” está fazendo numa reunião como a nossa?

O bloco acabou de morrer porque estão acabando os jornalistas com o perfil clássico da profissão. Não sou eu quem afirma isso. Rita Fernandes, jornalista que há anos preside uma associação de blocos reconhecida e respeitada pela prefeitura do Rio, escreveu em janeiro deste ano, na *Veja Rio*, matéria com um título categórico: “Por que este será o último desfile do ‘Imprensa Que Eu Gamo’”.

Ela explica logo no subtítulo do texto: o esvaziamento da profissão está na base disso. E essa não é uma, mas talvez a maior das causas

dessa morte. Jornalista virou um conceito amplo e elástico no dicionário da *internet*. A profissão, claro, não deixou nem deixará de existir. Se quisesse se atualizar, o “Imprensa Que Eu Gamo” desfilaria com blogueiros, *influencers*, *youtubers*, produtores de conteúdo, enfim, esse mar de novas funções assumidas por quem resolve se dizer jornalista no mundo virtual.

No desfile, todos estariam fantasiados de *TikTok*, IA generativa, Instagram, Youtube, X ou vestidos de algoritmo, essa ferramenta xereta que ajuda a *internet* a descobrir o perfil e perceber – e atender – as demandas imediatas de quem entra na *internet*.

Bem, como estamos vendo, o “Imprensa Que Eu Gamo” já virou história. Em homenagem a essa vítima da *internet* e da IA, transcrevo aqui um trecho do seu último samba enredo, publicado na coluna do Ancelmo e cantado na tarde de 15 de fevereiro de 2025, dia do último desfile:

“Eu tô perdido, tô muito mal
A minha fonte é *influencer* digital
Já não sei mais escrever
Terceirizei no *ChatGPT*.”

Nos versos, uma confissão: jornalistas se valem, de fato, de influenciadores e robôs em suas reportagens. Aliás, *ChatGPT*, *Gemini*, *DeepSeek*, *Claude*, *Perplexity*, *Copilot*, *Qwen*, são alguns dos vocábulos às vezes impronunciáveis que denominam robôs essenciais no uso da IA. Tão essenciais que estão no centro de uma mega disputa de poder entre Trump e seus Elon Musks e a China.

Mas, deixemos a história do “Imprensa Que Eu Gamo” para entrar um pouco na história da profissão. Onde estão hoje os jornalistas

que sucederiam astros que vimos nascer no século passado, como Carlos Castello Branco, João Saldanha, Armando Nogueira, Zózimo e Ibrahim Sued, Joel Silveira, Alberto Dines, o fotógrafo Evandro Teixeira, entre muitos? E onde estão os que sucederão as estrelas na ativa, no impresso e na *internet*, como Elio Gaspari, Ancelmo Góes, Zuenir Ventura, Jânio de Freitas, Carlos Sardenberg, Miriam Leitão, Juca Kfoury, entre outros, nascidos profissionalmente também no século passado?

Num ambiente como o de hoje haveria condições de vermos surgir fenômenos da nossa comunicação, como a revista *O Cruzeiro*, o semanário *O Pasquim*, a revista *Realidade*, o *Jornal da Tarde* em São Paulo?

Por enquanto, não dá para acreditar que desse mar de aventureiros imediatistas que domina a *internet* vá nascer alguém com o peso de profissionais com experiência acumulada por décadas. Décadas estas marcadas por mudanças de regime, mudança de capital federal, turbulências políticas e econômicas, mudanças drásticas no clima, Guerra Fria, 7 a 1, bipolaridade política, governantes insanos... Você abre seu computador e não acha, no mundo novo da informação, alguém com quilometragem confiável para explicar um Trump, por exemplo. Se é que é possível explicar Trump. Se é que o consumidor de informação esteja interessado em explicações dessa natureza.

Está claro que quem molda o conteúdo do *influencer* é a demanda. Dos jornalistas, não. Ou ainda não. *Influencers* saem na capa de *Caras*, buscam audiência, sempre “monetizável”. Publicam aquilo que a plateia pede. Jornalistas buscam credibilidade e notícias de verdade, principalmente nos tempos atuais. Ambos só avançam e crescem se tiverem audiência. Qual seria ou será o perfil do jornalista formador de opinião que a *internet* está moldando? A *internet* já mudou ou vai mudar o conceito de formador de opinião no mundo das notícias?

Com ou sem ajuda da IA, será que a *internet* conseguirá repor informação confiável e visão crítica no cardápio do moderno consumidor de informação? Mais ainda: Será que o consumidor de informação, lapidado pela *internet* e pela IA, irá demandar nomes iguais aos que desfilaram talento jornalístico anos e anos, num tempo em que informação e opinião andavam de mãos dadas?

Nos dias que correm temos mais perguntas que respostas. Enquanto os algoritmos estiverem no controle dos nossos passos virtuais, penso que viveremos em um campo dividido, no qual a adoção da IA pelos grupos de informação pode ser encarada tanto como uma oportunidade quanto como um desafio a ser vencido na base do “um dia de cada vez”.

Vai longe, por exemplo, o tempo em que o domingo era o dia nobre para quem produzia e para quem consumia jornais impressos. As vendas se superavam a cada fim de semana e um dos motivos eram os encartes comerciais das grandes redes de varejo, que atraíam principalmente mulheres. As edições de domingo iam para as bancas no início da noite de sábado. Claro, nos domingos a imprensa vestia roupa de missa, trazia reportagens especiais, colunistas de leitura obrigatória, um conteúdo sempre rico, capaz de fazer o leitor ficar com pena de descartar o jornal.

Repórteres eram retirados da cobertura do dia a dia para, durante a semana inteira, se dedicarem à elaboração das chamadas matérias dominicais, de página inteira, sempre com repercussão em todas as esferas de poder, às vezes com peso para provocar demissões na área pública. Para quem busca só conteúdo, nenhum dia é domingo na *internet*. Não há matérias de fôlego, aquelas em que o leitor sente que o repórter trabalhou de fato no assunto. A *internet* acabou com elas,

no impresso e no virtual. E o moderno consumidor de informação parece ter perdido o interesse por reportagens que vão além de alguns minutos. Quando clica um texto, a paciência não costuma passar de dez linhas, por aí. E quando recebe um áudio, aguenta no máximo um ou dois minutos.

Conversei com um professor que até 2024 havia trabalhado por 12 anos na Faculdade de Jornalismo da PUC, e ele me deu uma informação que parece retratar bem o que está se passando na vida e na formação dos jornalistas, dentro do atual cenário da *internet*. Segundo ele, de cada 100 alunos que estudam jornalismo, 50, ou seja, a metade, tem um sonho claro: ser *influencer*, ganhar dinheiro, ficar rico. Tal ambição pode ser vista na maior parte das escolas de jornalismo do país. E muitos já chegam na faculdade atuando como tal, tecnologicamente prontos, sabendo mais inglês que português. Ficar rico é uma ambição legítima. Sair na capa de *Caras* é uma meta.

Lá nos velhos tempos, o estudante de jornalismo tinha como alvo uma vaga numa redação movimentada, de preferência de um jornal relevante, recheado de profissionais capazes de transferir conhecimento. Mais que profissão, ele queria realizar um ideal. E a tecnologia de então não passava da máquina de escrever, aquelas Olivetti que muitos guardam como troféu. Você nem precisava ter diploma de datilografia para ser jornalista. Essa estatística – 50% dos alunos entram na faculdade sonhando em ser *influencers* – ganha peso quando ficamos sabendo, por exemplo, que a Comunicação Social da PUC tem cerca de 600 estudantes.

A propósito, uma passagem um tanto hilária, vivida pelo professor da PUC com quem conversei. Um dia, para mostrar o progresso que a *internet* impôs ao jornalismo, ele decidiu levar para a sala de aula

algumas das ferramentas de trabalho que até 30 anos atrás garantiam o ganha-pão de quem vivia de informar. A começar pela máquina de escrever, passando pelo velho telefone de discar, gravadores cassete, minigravadores, fax, transmissor de telefoto e até um teclado de telex. Os alunos ficaram chocados. Hoje, esse ferramental cabe num celular.

Falando em ferramentas inovadoras: jornalista criado no impresso tinha medo de computador. Alguns chegaram a antecipar a aposentadoria para não ficar cara a cara com a nova máquina. Medo de não se dar bem com ela. E alguns preferiam trabalhar na velha Olivetti em redações já ocupadas por computadores.

Hoje, ironicamente, nem de computador o jornalista precisa. O celular resolve tudo em termos de texto e imagem. Em caso de preguiça para apurar, tem a IA. No celular, aliás, uma singela semelhança entre os repórteres de hoje e de ontem. Ambos escreviam e escrevem teclando com dois dedos. Catavam milho, como se dizia no século passado. Na máquina de escrever, usava-se mais os dedos indicadores. No celular, prevalecem os polegares.

Conversando com professores de jornalismo você descobre uma outra transição – ou transformação – na vida dos profissionais da informação. Já são raros os professores de Comunicação Social com vivência de redação e experiência de produção de jornal impresso. Não existe mais redações clássicas, aparentemente em desordem, como aquelas que a gente vê nos filmes. Os entrantes na docência do jornalismo surgem desse mar de novas funções exercidas pelos novos jornalistas. Inevitavelmente se deparam com outro obstáculo: no mundo da *internet*, a *expertise* que você acumula em um ano de cátedra fica obsoleta com muita rapidez.

No meio do ano letivo o professor corre o risco de saber menos que os alunos, já que tem de seguir uma programação na exposição da matéria. Ou seja: atualizar-se é uma exigência. Bem, vamos lembrar que a *internet* impõe o ritmo dela em todas as áreas de atividade.

E atualizar-se parece ser algo obrigatório para todos depois da chegada da IA, que nasceu em 1950 nos Estados Unidos e ganhou força no Brasil nos últimos 5 anos, com destaque para áreas como informação, saúde, agricultura e mobilidade urbana. E adquiriu mais intensidade a partir de 2022, com a entrada em cena da IA generativa.

Vimos lá no começo a definição de Inteligência Artificial, pois a IA generativa também tem definição nos dicionários da *internet*.

Essa eu achei na Meta: “IA generativa é a capacidade de um sistema de IA criar conteúdo novo e original, que não existe anteriormente, utilizando padrões e estruturas aprendidas a partir de dados existentes”. Por isso ela é chamada de generativa.

Nosso foco aqui é tentar avaliar como ela vem impactando o jornalismo, o universo da informação no país. Até a década passada, a IA tinha um certo ar de vilã, pelos estragos que seu mau uso pode produzir e, na verdade, continua a produzir.

Valer-se da Inteligência Artificial era algo vergonhoso para um jornalista, já que ao fazer isso ele renunciava ao seu maior trunfo, que é saber escrever. Até 5, 6 anos atrás, os principais grupos de comunicação simplesmente proibiam o uso da IA na elaboração de seus produtos. Depois que aderiram, trataram de estabelecer normas de conduta, sempre regidas pela cautela. E descobriram que a IA na função generativa pode até ser um aliado na redução de custos da empresa.

Os trabalhos que ela executa eram realizados, antes dela, por mão de obra cara. Mão de obra essa que, necessariamente, precisa saber escrever. Aqui vale uma pitada de memória: no tempo da notícia impressa, dois dos insumos mais pesados no orçamento de um jornal eram o papel, quase sempre importado, e a folha de pagamento. Com o papel, a *internet* quase acabou. Agora pode estar rondando o RH.

Tenho dois pressentimentos um tanto pessimistas:

(1) A *internet*, embalada pela IA, vai mudar o conceito de notícia. Se é que já não mudou. Quando discutimos uma notícia hoje em dia, temos que fazer referências a *fake news*, a narrativas, a desmentidos, a distorções que quase sempre acabam incorporadas à versão final da informação. A notícia parece ser hoje a versão parcial ou final de todas as versões que a *internet* publica. Versões, lembremos, que se consideram, todas, sempre verdadeiras. A verdade de cada um integra a verdade que seria a final, mas que sempre parecerá provisória. A IA generativa tem papel importante nessas situações.

(2) A IA generativa poderá levar as empresas a colocarem em segundo plano a notícia com a marca do talento de seus jornalistas. Vai bastar o texto correto da máquina. Diante disso, é possível admitir que as empresas de jornalismo poderão optar por jornalistas com perfil socioemocional burocrático. Outro risco, bem pior: com o tempo, jornalistas e consumidores de informação poderão considerar como definitivo e verdadeiro tudo o que o jornalismo captar através da Inteligência Alternativa. Ou, ainda pior: em vez de entrar em portais jornalísticos, o leitor acessará diretamente a IA para buscar a informação que deseja. Eu diria que a parceria da IA com o mundo da informação é ainda um campo vasto de indagações. E é bom que seja assim. O que vemos, com clareza, é que nossos grandes grupos de informação navegam com cautela nessa seara.

No mundo das empresas sólidas de comunicação, com longa história no país, a IA já é utilizada regularmente no dia a dia da produção da notícia, mas ainda com algum pudor, podemos dizer assim. Com o celular em punho, um repórter pode desenvolver qualquer pauta a partir de informações primárias que estão à disposição de todos na IA. É só perguntar para ela. Fiz um exercício: Como os jornalistas estão utilizando a IA? A resposta veio em segundos. Vou abrir aspas: “Os jornalistas estão cada vez mais utilizando a Inteligência Artificial em sua rotina de trabalho para melhorar a eficiência, a precisão e a qualidade do conteúdo produzido”. Fecho as aspas. Resposta bem genérica, não?

Claro, ainda não vemos aspas atribuídas à IA nos textos dos nossos órgãos de informação de qualidade. Mas a crescente empatia na relação entre as partes pode até tornar isso possível. A IA opera, hoje, nos bastidores, vamos dizer assim. No *Estadão*, o centenário diário paulista, quando o jornalista se vale da IA para elaborar sua reportagem, fazer uma tradução, no impresso ou no *site*, a regra é informar no final do texto que a ferramenta foi utilizada. Vamos destacar aqui os principais apoios que a IA, segundo ela própria, pode dar e já dá à mídia em geral, contribuindo de forma importante para o resultado final das publicações em todas as versões.

– Pesquisar e analisar, até automaticamente, conjuntos de dados, identificando nuances difíceis de serem detectadas manualmente. Tal recurso reduz tempo na produção e elaboração da informação, o que se traduz em menos mão de obra, menos jornalistas na cadeia produtiva.

– Corretor de texto e revisões automáticas de conteúdo, otimizando a ortografia e impedindo equívocos na informação.

– Traduções.

– Se o jornalista quiser saber como está a audiência de sua reportagem pode se valer de ferramentas que geram métricas de desempenho (cliques e compartilhamentos, por exemplo) e a partir daí, fica possível descobrir o que fazer nos passos seguintes.

Eu falei audiência da reportagem? Pois é: Antigamente, ela era uma métrica do rádio e da televisão. Hoje, ela é que mede o talento dos profissionais da imprensa, a tradicional e a virtual. Um termômetro. É ela que catapulta nomes totalmente desconhecidos até outro dia. É no *ranking* de audiência que podem estar hoje os sucessores dos grandes jornalistas pré-*internet*. Um exemplo notável desse movimento é a Cazé TV, que opera no Youtube. Quem gosta de esporte conhece, claro.

O carioca Casimiro Miguel Vieira da Silva Ferreira, o Cazé, 31 anos, tem milhões de seguidores e suas intervenções no Youtube alcançam totais estratosféricos de visualizações. Sua TV Cazé foi criada em 2022, de olho na Copa do Catar e obrigou as grandes redes de TV a negociar com ele. Virou um *player* confiável, presente nas transmissões dos principais campeonatos e eventos esportivos do país e até da Europa. É considerado hoje o maior canal de esportes da *internet* brasileira. Funções que exerce no jornalismo contemporâneo: apresentador, comentarista esportivo, empresário, *influencer* digital, *youtuber*, *streamer*, humorista... Consta que não concluiu a faculdade de jornalismo. Ficou rico sem precisar do diploma.

Na esteira de Cazé, nasceu outro fenômeno do jornalismo contemporâneo: Pedro Certezas, Pedro Barreto na certidão de nascimento. Carioca como seu inspirador, tem 30 anos e se define como um idiota do bem. Influenciador, começou fazendo humor no futebol. O humor é traço forte tanto em Cazé quanto em Pedro, cujo sobrenome

reflete sua linha de raciocínio nos comentários não necessariamente jornalísticos que bota no ar. Tem certeza em tudo o que fala.

Na chamada mídia tradicional da *web*, que não abre mão da credibilidade e da qualidade, não há registro de fenômenos da magnitude de Cazé e de inúmeros outros *influencers* em ação na *internet*. E na imprensa escrita, combatida, não há notícia de nenhum nome capaz de impedir ou frear a derrocada dos nossos grandes jornais, que hoje somam as magras vendas do impresso com os números obtidos pelo *site* para tentar atrair anunciantes.

Algumas de suas estrelas, no entanto, conseguem audiências às vezes expressivas em *blogs* e *podcasts*. O *Estadão* até estimula seus colonistas a atrair assinaturas para o *site*. Se assinar por 6 meses, o leitor paga R\$1,90 por mês. *Podcasts* e *blogs* são uma praia promissora para jornalistas do impresso que se destacam na televisão, no rádio e esporadicamente, na *internet*, via *Instagram* e outras plataformas. O *Estadão*, inclusive, publica anúncios em seu *site* e em suas páginas vendendo um produto chamado *Blue Studio*. “Nossos jornalistas criando conteúdo para o seu *blog!*”, informa o título autoexplicativo do anúncio.

Fiz um levantamento de como nossos três maiores grupos de mídia (*Globo*, *Folha* e *Estadão*) estão lidando com a IA, agora que ela passou a ser vista como aliada. Lembrando que tudo na *internet* é mutante, é dinâmico. Normas de conduta definidas hoje podem estar superadas logo mais. Lembremos de novo que a IA era vetada nos grandes grupos de comunicação até uns 5 ou 6 anos atrás. Hoje, jornais, televisões, rádios e portais de notícias em geral ostentam em suas estruturas uma editoria de IA, dirigida por um profissional especializado.

Vamos começar pela *Folha de S. Paulo*, sempre zelosa com suas normas de conduta.

“Profissionais da *Folha* podem utilizar aplicações de Inteligência Artificial (IA) em seu trabalho”. Esta é a frase de abertura do texto que regula o assunto. A *Folha* não livra seus jornalistas da responsabilidade pelo resultado final e destaca que a ferramenta não deve substituir o julgamento humano. E lembra que, se bem utilizada, a IA pode aumentar a eficiência da redação em quesitos como discussão de pautas, caminhos de apuração, consulta de fontes, coleta e análise de grandes volumes de dados. A revisão humana é recomendável em qualquer dessas situações. As normas recomendam cuidados no uso de fotos. Imagens da IA podem ser utilizadas apenas a título de ilustração. Qualquer dúvida ou impasse devem ser submetidas à Secretaria da Redação.

O manual da *Folha* é enfático: “A direção de redação estimula os profissionais da *Folha* a utilizarem a IA para automatizar tarefas repetitivas, sejam elas voltadas para o público ou não, de forma que os jornalistas tenham mais tempo para dedicar a apurações de fôlego”, reza o texto.

As normas da *Folha* para uso da IA deixam claro uma preocupação que não está só no mundo da notícia. Qualquer setor da sociedade que faça ou não uso da IA precisa estar atento aos desafios que a ferramenta apresenta, a começar pela regulamentação e pelos direitos autorais, permanentemente em discussão. Há que se ter cuidado, e muito, com golpes e ameaças digitais. Além disso, a IA pode contribuir para agravar o quadro de desemprego, uma vez que automatiza tarefas historicamente desempenhadas por seres humanos.

Outro detalhe superimportante: Os algoritmos adotados pela IA podem estar contaminados por preconceitos e desigualdades presentes na sociedade. E a gente tem visto que preconceito da vida real não pede licença para entrar na vida virtual.

Vamos ao maior grupo de informação do país: o “Grupo Globo” atualizou, em fins do ano passado, um de seus principais documentos internos, os Princípios Editoriais, especificamente para acrescentar normas relativas à IA.

A iniciativa acompanhou um movimento global. Também no ano passado a IA entrou nas redações de jornais, grupos de televisão e agências de notícias com reputação mundial.

A maioria dos veículos exibe em seus *sites* as normas que seus jornalistas devem seguir para usar a IA. No Grupo Globo também as regras estão acessíveis nos portais de seus produtos. O texto de apresentação é claro:

“O Grupo Globo adota a Inteligência Artificial como meio para aprimorar a qualidade do jornalismo, mantendo o compromisso com a isenção, correção e agilidade manifestado neste documento. Os jornalistas são encorajados a testar e adotar ferramentas de IA que auxiliem nos processos de apuração, produção e distribuição, respeitando as orientações aqui expostas.”

Ter supervisão humana, ser transparente com o público e respeitar os direitos autorais compõem o tripé comportamental no uso da ferramenta. Claro, isenção está implícita nessa história. Diz outro trecho dos Princípios Editoriais:

“O Grupo Globo investe na capacitação de seus profissionais para o uso eficaz e ético das ferramentas de IA. Essa política será revisada periodicamente pelo Conselho Editorial do Grupo Globo para adaptar-se às evoluções tecnológicas e garantir que as práticas permaneçam alinhadas com estes princípios.”

No “Grupo Estado” o tom quase não muda. O documento reforça que as normas sofrerão revisão recorrente, uma imposição da *internet*, em geral, e da IA generativa em particular:

“O uso de IA para fins de criação integral ou parcial de notícias, conteúdos, produtos e serviços é permitido, desde que cumpridas condições que objetivam manter a integridade factual, o respeito aos direitos autorais próprios e de terceiros e a garantia de manutenção do padrão jornalístico do veículo.”

O *Estadão* criou um Comitê de Inteligência Artificial, com representantes da Redação e das áreas de Tecnologia, Jurídica, Produto e Auditoria. A direção da redação enfatiza a necessidade de vigilância permanente contra a desinformação, cuja percepção de perigo cresceu com a disseminação de recursos tecnológicos de IA.

No quesito transparência, como já vimos, o jornal informa no final do texto impresso se a IA foi utilizada na produção do mesmo. Quando visita, nos *sites* dos grandes jornais, as recomendações no uso da IA, o consumidor de notícias percebe com clareza que as duas partes parecem ainda estar discutindo a relação. Há desconfiças de ambas as partes, sendo que no lado das *big techs* pesa a má vontade em considerar a remuneração pelo mar de notícias com credibilidade que as empresas de jornalismo despejam diariamente na *web*.

Sempre antenado, o jornalista Nelson Mota, 80 anos, na batalha há uns 60, fez recentemente em sua coluna dominical no *Globo* uma espécie de síntese desses tempos de IA: “Agora escancarou de vez”, escreveu ele. “Tecnicamente, uma pessoa que abre uma página no Instagram, publica um vídeo, uma foto ou um texto, já pode se intitular produtor de conteúdo sem contestação e iniciar sua carreira”. E acrescentou:

“Se for uma bela jovem, sensualizando em poses ousadas, nem tem que escrever muito, os fãs crescem naturalmente”. O título dessa coluna era direto: “A Profissão de quem não tem Profissão”. E o trecho em destaque ao lado de sua foto era este: “Agora não sou mais um jornalista e escritor. Sou só um produtor de conteúdo: Eu que lute! Mas também sou um consumidor de conteúdos”, consolou-se ele.

Como a própria IA define o perfil do novo jornalista, daquele que não viveu o jornalismo dos áureos tempos *pré-internet*?

Fiz a pergunta ao robô da Meta. A resposta não demorou:

“O perfil do jornalista no contexto da IA requer uma combinação de habilidades técnicas, de comunicação, de pensamento crítico, de adaptabilidade e de ética e responsabilidade. O jornalista precisa ser capaz de trabalhar eficazmente com ferramentas de IA e analisar e interpretar dados e comunicar informações de forma clara e concisa. Além disso, o jornalista precisa ser capaz de adaptar-se a mudanças rápidas no ambiente de notícias e tecnologia e ser responsável pela precisão e exatidão das informações publicadas”, relata o robô da Meta.

Tudo o que a gente precisava ser no tempo das rotativas se quisesse progredir na carreira. Com exceção para as habilidades técnicas, que eram mínimas, comparadas com as de hoje. Ainda nesse campo que tenta criar modelos de comportamento profissional e ético no uso da IA, volto ao *New York Times*, que oficializou o uso da ferramenta agora, em fevereiro, com uma clara preocupação: quem comanda a máquina é o ser humano. Há que se manter o controle do conteúdo, ou seja, o jornal tem que buscar, sempre, o lado certo da IA. Em outras palavras: a ética que vale nessa relação é a do jornal. Parece haver um pé atrás das empresas jornalísticas nessa convivência ainda inicial com a IA.

Nesse quesito, aliás, li na *Folha*, não faz muito tempo, um artigo interessante de uma professora de economia da Universidade de Illinois, nos EUA, chamada Deirdre McCloskey, falando em curadoria de notícia:

“Antes da *internet*”, lembra ela, “era possível acreditar tranquilamente no que escreviam os grandes jornalistas dos principais jornais do mundo. Funcionavam como os curadores dos museus, do mundo da arte. Eram comprometidos com os fatos. Agora a *internet* trouxe os amadores para o negócio de notícias”, escreveu ela.

“As ‘notícias’ sem curadoria arruinaram nossa política. As pessoas, especialmente os homens, obtêm suas ‘notícias’ de lunáticos divertidos que povoam a internet”, afirmou no artigo que a *Folha* publicou em outubro do ano passado.

É como vimos em Nelson Mota há pouco: todo mundo é jornalista. Segundo alguns estudiosos, estamos vivendo a Era da fadiga de notícias. É muita coisa para ler, muita informação invadindo nossas telas.

Lucia Rodrigues, diretora de Capacitação e Inteligência Artificial da Microsoft Brasil, disse em recente entrevista à CBN, no programa Mundo Corporativo, do Milton Jung, que a IA é um divisor de águas no mercado de trabalho. Uma ferramenta avançada, segundo ela. A questão agora não é mais se a IA afetará a carreira dos profissionais, mas como eles podem usá-las a seu favor. No mundo da notícia, isso parece bastante claro. Enquanto algumas funções desaparecem, surgem outras, novas, em ritmo acelerado. As inovações tecnológicas, lembra ela, costumam reconfigurar o mercado de trabalho.

Na conversa com o âncora da CBN, Milton Jung, a executiva da Microsoft Brasil citou o relatório “O Futuro do Trabalho em 2030” do

Fórum Econômico Mundial, que traz uma estatística nada estimulante: até 2030 serão eliminados 92 milhões de empregos mundo afora. Mas o mesmo relatório traz outro dado, e dessa vez animador: nesse período, surgirão 170 milhões de novos empregos, criados pela IA. “O saldo é positivo, mas o caminho não será igual para todos”, advertiu ela.

Fui ao *site* do Fórum Econômico Mundial e vi que seu relatório traz outras informações importantes. A tecnologia vai continuar mudando a forma de trabalhar e dentro dessa perspectiva, algumas afirmações podem impactar. Por exemplo: o volume de tarefas executadas exclusivamente por seres humanos, a maioria ainda em ambiente de trabalho, terá espaço reduzido nas empresas. Enquanto isso, as funções realizadas só por máquinas aumentarão 50%. Esse relatório é bem abrangente. Reúne respostas coletadas junto a mil empresas do mundo, incluindo brasileiras. O tal espaço reduzido nas empresas chega a ser chocante, hoje, nas redações de veículos impressos. O espaço ainda continua grande, mas quase vazio.

E quer me parecer que não vai precisar 2030 chegar para vermos a IA aumentar o desempenho de máquinas no universo do trabalho. Há quem defenda uma forma veemente de acelerar esse avanço, que certamente vai acontecer no vácuo de quem não se abre para as novidades da tecnologia. Um exemplo radical: uma *startup* americana da Califórnia chamada Artisans espalhou no ano passado, por toda São Francisco, *outdoors* com a frase “Pare de contratar humanos”. Os diretores da empresa chegaram a receber ameaças, mas eles não estão sozinhos. O super CEO da Meta, Mark Zuckerberg, promove a mesma ideia entre os desenvolvedores de suas empresas, entre elas o Instagram e o WhatsApp.

Falei há pouco dos que não se abrem para as novidades da tecnologia, problema que no jornalismo afeta profissionais, vamos dizer, mais

maduros. A Microsoft Brasil percebeu que oferecer treinamento pode ser um caminho para quem estiver disposto a seguir em frente e, ao mesmo tempo, preparar mão de obra para o mundo da *internet*.

Lançou, no ano passado, o ConectAI, um portal de acesso gratuito, aberto ao público em geral, destinado a capacitar pessoas que carecem de conhecimento tecnológico para seguir em frente. Transcrevo aqui o *link* (microsoft.com/pt-br/conecta/). O portal é fácil de navegar. Dirige-se a todos, como já falei, mas destaca carreiras e profissões como servidores públicos, desenvolvedores, profissionais de ONGs, empreendedores, professores, alunos, advogados e pessoas em busca de emprego.

Não há referência específica a jornalistas, mas parece claro que qualquer curso escolhido vai ser precioso para quem precisa lidar com a IA generativa. Ainda mais gratuito e com certificados de conclusão assinados pela Microsoft, que espera beneficiar 5 milhões de pessoas com esse programa, em todo o país. Lá no Fórum Econômico Mundial é possível ver que o World Trend Index registra que 66% dos líderes de empresas não contratariam ninguém sem habilidades em IA. O World Trend Index é um levantamento anual da Microsoft capaz de apontar caminhos na economia mundial.

Lúcia Rodrigues, a executiva da Microsoft de quem falei há pouco, lembra que, sim, a competência mais valorizada pelos empregadores é o domínio da tecnologia e da IA, mas, o que destaca um profissional ou candidato a emprego é o pensamento crítico e analítico e as habilidades socioemocionais. “A IA pode até te ajudar a aprender e a desenvolver essas habilidades, mas ela nunca vai fazer isso por você”, alerta Lúcia. Habilidades socioemocionais são essenciais na prática do jornalismo. Lembro aqui que nos bons tempos do impresso o

repórter aprendia a ler as rugas que o entrevistado franzia na testa ao dar suas respostas. Claro, a IA não consegue isso. Ainda.

Tal observação me faz lembrar o que Marcelo Rech, o presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), disse num encontro de jornais regionais realizado em Santos, SP, ano passado. Há que se valorizar, segundo ele, o pensamento analítico e as habilidades socioemocionais do jornalista. Elas não existem na IA. Rech fez um paralelo do jornalismo com a medicina:

“Hoje, qualquer pessoa abre seu computador ou celular e acessa portais de medicina. Se pesquisar bem, pode até tentar fazer um diagnóstico. Só que não é recomendável. O certo é que ela procure um tratamento, sobretudo se a questão é mais séria. Tem que procurar um médico. O mesmo ocorre no campo da informação. A pessoa pode até produzir conteúdo, montar uma foto, produzir comentários na rede social etc., mas isso não é jornalismo”, disse ele.

Nessa linha de pensamento, cabe uma indagação: Quais são ou seriam as ameaças, os perigos da IA generativa para o jornalismo e para a humanidade? Um estudioso inglês respeitado mundialmente por seus estudos e pensamentos sobre a Inteligência Artificial – Stuart Russel – deu, em entrevista à BBC, um exemplo hipotético da ameaça real que, na opinião dele, pode ou poderia representar:

“Imagine”, disse ele, “que consigamos montar uma ferramenta da IA capaz de controlar o clima da Terra e que, um belo dia, decidamos utilizá-la para, por exemplo, diminuir os níveis de dióxido de carbono em nossa atmosfera e baixá-los a taxas pré-revolução industrial. O sistema então conclui que a maneira mais prática e fácil de realizar essa

tarefa é livrar-se dos seres humanos. Aí você lembra que não é possível livrar-se dos seres humanos. Até porque, são eles que dão vida à IA. Como a máquina vai reagir? São exemplos extremos”, disse Russel. “Servem para ressaltar os riscos associados à IA agindo sob instruções que os seres humanos ainda não elaboraram.”

Na ficção, as máquinas de vez em quando se revoltam contra humanos. No cinema, o clássico “O Exterminador do Futuro 3” trata disso. Já pensou se a IA resolver trabalhar no sentido contrário do jornalismo? Se decidir que para acabar com a desinformação, com a *fake news*, com os influenciadores do mal, o melhor é não ter notícia? A IA tem que estar sempre a serviço do ser humano.

Aliás, ela tem peso significativo numa nova vertente da profissão, que poderíamos chamar de pelotão de combate à mentira, já obrigatório nos grandes portais de jornalismo. São os checadores de notícia. A IA fornece respostas praticamente imediatas e a velocidade, nesse caso, ajuda muito no combate à desinformação, à mentira. Ainda nessa linha, a Agência Lupa, pioneira em checagem de notícias no Brasil, lançou este ano, em parceria com o Instituto de Defesa do Consumidor, um *site* de alto interesse público. Trata-se do Será que é Golpe? com informações sempre relevantes sobre como evitar golpes digitais, uma das pragas da *internet*. Checar notícias suspeitas e informar e alertar sobre golpes são também papel do novo jornalista, vamos dizer assim. Estão entre as funções jornalísticas que surgiram *pós-internet*. A IA é parceira preciosa nessas funções.

A título de curiosidade: no ano passado, nada menos que 24% dos brasileiros com mais de 16 anos foram vítimas de golpes digitais, ou seja, 40 milhões de pessoas sofreram perdas financeiras por crimes cibernéticos como clonagem de cartões, invasão de contas bancárias

e fraudes *online*. O PIX está entre as fraudes mais recorrentes. Os dados são do Instituto DataSenado, divulgados em outubro último.

Ainda no campo de atuação do pelotão de combate à mentira, os principais portais de notícia estão utilizando cada vez mais o ClaimBuster e a IA generativa para analisar discursos públicos e afirmações falsas ou enganosas. O ClaimBuster é uma plataforma americana, reconhecida como uma das mais eficientes na caça a mentiras na rede. Sua principal característica é a velocidade na resposta às demandas que recebe. E velocidade é importante. Na *internet*, vocês já devem ter ouvido essa frase: “a mentira voa e a verdade anda a pé”.

Voltando a veículos importantes da história do jornalismo e já familiarizados com a IA, cabe comentar aqui a recente estreia oficial do jornal mais relevante do planeta nessa nova realidade no mundo da notícia: o *New York Times* anunciou em fevereiro agora, há pouco mais de um mês, portanto, que criou uma ferramenta exclusiva, chamada Echo, para auxiliar em edição de textos e resumo de informações.

Um e-mail interno informou aos jornalistas da casa que eles passarão por treinamentos específicos para utilizar a IA de maneira eficiente e, acima de tudo, segura e ética. Entre outras coisas, a IA do *New York Times* poderá até sugerir perguntas em entrevistas comandadas por jornalistas da casa. E é importante que todo o jornalismo seja escrito e editado por jornalistas humanos, com a IA funcionando como ferramenta auxiliar. Como estamos vendo, nenhum grupo de informação mergulha de cabeça na IA.

Aliás, essa ferramenta exclusiva, a Echo, não é necessariamente a única que pode ser usada pelo pessoal do *New York Times*. Ela é mais uma da turma de *chatbots* que habitam esse universo da IA há 3, 4 anos e que atuam nos sistemas da imprensa em geral. *Chatbot* em

português seria robô de conversa, um programa de computador que tenta simular um ser humano na conversa com pessoas de verdade.

A palavra nasceu da junção de *chatter* (pessoa que conversa) e da abreviatura de *robot* (em inglês). Começou a ser utilizada em 1994. O *chatbot* é mãe e pai de todas as ferramentas que nasceram na esteira da IA, entre elas o *ChatGPT*, que combina o *chat* dos pais com o *GPT*, sobrenome que a identifica como militante da IA generativa.

O *ChatGPT* é de 2022 e por ter sido um dos primeiros na cena, está sempre entre os mais citados, apesar de ser uma sigla não muito pronunciável. Sua geração, no entanto, inclui ferramentas que o próprio *New York Times* libera para uso em sua redação, como *Copilot*, *Gemini*, *Zapier*, *MetaAI*, *Vertex*, *Claude*, *OpenAI* e outros. Com este último, o jornal tem uma encrenca judicial que os grandes jornais do mundo conhecem bem: uso não autorizado de conteúdo do diário novaiorquino. Mesmo assim, sua redação não está impedida de utilizar o *OpenAI*, empresa americana fundada há uns 10 anos por Elon Musk, entre outros.

Voltando aos *chatbots*. No mês passado a *Folha* publicou reportagem sobre os que estão em uso mais corrente na imprensa brasileira. Qual o melhor *chatbot* para o jornalismo? O jornal avaliou o *ChatGPT*, *Claude*, *Copilot*, *DeepSeek*, *Gemini*, *Perplexity* e *Qwen*.

A avaliação depende da tarefa solicitada e da expectativa do jornalista usuário. “Todos são modelos de processamento de linguagem natural capazes de entender e gerar respostas convincentes”, concluiu o jornal.

Sobre a *Claude*, uma observação absolutamente humana: trata-se de uma ferramenta criada sob um compromisso que não é explícito nesse universo virtual. Qual compromisso? Ser “útil, inofensiva e honesta”. Ser boazinha. De imediato, fica parecendo que o resto das ferramen-

tas não carrega tais requisitos na certidão de nascimento. A *Claude* é totalmente gratuita e sua programação prioriza o uso ético, rejeitando qualquer ação que possa causar danos ou promover desconfiança.

Em seus *sites*, quando criam regras para uso de IA, os principais veículos do Brasil não fazem restrições a nenhuma ferramenta. Por falar nisso, tenho aqui alguns dados de uma pesquisa realizada ano passado pela ESPM-SP, em parceria com o boletim *Jornalistas & Cia*, sobre como os jornalistas brasileiros avaliam a relação com a IA e suas possibilidades.

Mais da metade dos jornalistas brasileiros (56%) faz uso da IA generativa. Mas uma parte considerável (38,3%) manifestou discordância parcial ou total sobre a presença da ferramenta na produção de notícias. E 26,5% dos jornalistas pesquisados afirmaram não utilizar a IA de forma alguma. Um resultado preocupante nessa pesquisa: 76,5% dos profissionais não tinham recebido, até então, nenhum tipo de treinamento sobre o uso da IA, ou seja, parece ser significativa a carência de capacitação na área.

Ainda nesse campo de avaliação da IA na imprensa, também a Unesco, braço da ONU em Cultura, Educação e Ciência, divulgou em setembro do ano passado um documento chamado “O Relatório IA e o futuro do jornalismo: um Memorando para os Stakeholders” alertando para a necessidade urgente de regulamentação do uso da tecnologia em análise. A pesquisadora Anya Schilffer, da Universidade de Columbia, autora do estudo, alerta: “sem regulamentação adequada, tanto o jornalismo quanto a própria IA podem ter seu futuro comprometido”.

As empresas que lucram com a IA generativa (leia-se *big techs*) contestam, alegando que regras podem sufocar a inovação. E assim

vão seguindo em frente. É uma postura que representa risco para o jornalismo, segundo a pesquisadora da Universidade de Columbia, instituição de alta reputação no mundo acadêmico do jornalismo. O uso correto da tecnologia, destaca ela, vai garantir qualidade e diversidade ao presente e ao futuro da informação.

Todos sabemos o que está por trás dessa interminável disputa entre as *big techs* e os grandes grupos de mídia: as primeiras querem continuar utilizando o conteúdo dos segundos na base do 0800. Como sempre fizeram.

Vimos há pouco, na pesquisa da ESPM-SP, que mais da metade dos jornalistas do país, ou seja, 56%, faz uso profissional da IA generativa. Essa percentagem pode já ter crescido, mas é semelhante ao dado de uma outra pesquisa, está sobre como o mundo em geral vem utilizando a IA. O trabalho foi desenvolvido pela francesa Ipsos, uma das grandes do mundo em pesquisa de mercado, e pelo Google. Aliás, li recentemente que a Ipsos comprou o IPEC, antigo Ibope. Foram envolvidos 21 países, Brasil entre eles, e consultadas 21 mil pessoas. O Brasil ficou acima da média global de uso da IA. No mundo inteiro, 48% utilizam a IA. No Brasil, 54%.

Outros números interessantes circularam pelo último Fórum Econômico Mundial. Respostas coletadas junto a mil empresas do mundo todos sobre o estado atual do trabalho e perspectivas de futuro ajudaram a pintar um possível retrato das pessoas que, nesses tempos de IA, acordam todo dia para trabalhar, em casa ou no escritório. Hoje, as ações feitas apenas por pessoas são 47% do total. Já as ações realizadas por pessoas e máquinas chegam a 30%.

Para o presidente do Google Brasil, Fábio Coelho, a pesquisa desenvolvida com a Ipsos põe em destaque o otimismo do brasileiro em relação

à IA generativa. Segundo ele, os resultados revelam a confiança no potencial da IA para gerar impactos positivos na educação, no trabalho e na vida cotidiana. Os efeitos da IA na busca cotidiana de informações *online* foram mencionados por 81% dos entrevistados. O jornalismo responsável, certamente, é o maior alimentador dessa expectativa.

Todas essas pesquisas e estudos que estou trazendo aqui permitem afirmar que a IA já é ferramenta predominante entre os atuais 5 bilhões de seres humanos ativos na *internet*. E me levam a falar mais um pouco da teoria do economista grego Yanis Varoufakis, que diz ter identificado o tecnofeudalismo.

A eleição de Trump, aliado aos bilionários da tecnologia, parece ter reforçado a tese. Tecnofeudalismo é o novo capitalismo, o monopólio dos conglomerados digitais e sua capacidade de controlar as atividades sociais. Informar e manter-se informado faz parte desse jogo. Há hoje um embate claro entre as *big techs* e o mundo da informação. Controlar a informação, sabemos disso, é sonho obrigatório de quem busca poder político de forma autoritária, tendência mais que clara na maior economia capitalista do mundo. E nas que se dizem comunistas também.

Na teoria do economista grego é possível afirmar que os governantes, voluntariamente ou não, estão se tornando reféns das *big techs*. O caso mais clássico parece ser a forte presença de Elon Musk no governo Trump. E mais recentemente, o bilionário Jeff Bezos, todo poderoso da Amazon e um dos apóstolos de Trump, anunciou uma intervenção inusitada na linha editorial do *Washington Post*, que ele comprou em 2013. O jornal, de atuação histórica no caso Watergate, deixará de publicar em sua seção de opinião “textos contrários às liberdades pessoais e ao livre mercado”. Sob esse prisma, provavelmente Watergate não teria o desfecho que ficou na história.

A IA, não podemos ter dúvidas, é propulsora dessa tendência que parece prover mais espaço para quem acredita no tecnofeudalismo. É do seu uso correto e ético, pelas mídias, que pode nascer a moderação. Todos concordam, menos as *big techs*, claro, que a regulamentação dessa realidade é essencial para o equilíbrio social em geral e para a convivência saudável entre mídia e *internet*, entre grandes produtores de informação e a Inteligência Alternativa. Jornalistas, portanto, tem responsabilidade importante na condução e correção dos rumos em direção ao futuro.

Enfim, a convivência ainda um tanto tímida da IA com o que entendemos como jornalismo responsável ainda levanta suspeitas. Um estudo bem recente da BBC de Londres revela um exemplo preocupante da desconfiança que ronda essa parceria. A centenária empresa pública de informação resolveu praticar jornalismo como nos tempos do impresso e promoveu um teste sobre a credibilidade dos *chatbots* em voga na *internet*.

Escolheu quatro deles: *ChatGPT* (da OpenAI), *Copilot* (da Microsoft), *Gemini* (do Google) e *Perplexity*. O resultado: em 51% das respostas foram identificados problemas, presentes nos retornos das quatro ferramentas. Uma constatação preocupante nos resultados: 13% das respostas mencionavam a própria BBC de forma errada, ou continham informações inventadas.

A BBC usou critérios jornalísticos de raiz, vamos dizer, para avaliar os *chatbots*. Entre eles, precisão, imparcialidade, atribuição de fontes e os fatos em si. Claro, nenhum jornalista vai abandonar a IA por causa desse teste. Mas trata-se de uma amostra importante para quem precisa profissionalmente da ferramenta. O trabalho da BBC foi veiculado no Brasil pelo *newsletter Cartograma*. E reforça uma conduta que

já se faz presente na rotina de profissionais da imprensa em todas as suas versões: a IA não deve ser desprezada pelos jornalistas, mas não pode ser considerada como fonte primária de informação, sobretudo na elaboração de reportagens que exigem alta precisão.

Por falar em informações inventadas, elas sempre existiram na imprensa em geral. E a *internet* é espaço fértil para elas. Na IA, mais ainda. Um exemplo rápido: no ano passado a revista *Sports Illustrated*, uma das publicações esportivas mais respeitadas dos Estados Unidos, publicou reportagens produzidas inteiramente por IA e assinadas por jornalistas fictícios. Leitores descobriram e denunciaram. As matérias foram retiradas da plataforma da revista, que investigou e alegou que o material fora produzido por empresa terceirizada. O editor foi demitido. Outra lição a ser seguida nessa nova realidade do jornalismo: não é possível ser ingênuo nas informações que chegam pela IA. O problema não está na IA, mas na forma como ela é utilizada.

Lá atrás, a *internet* em si foi recebida com vasto ceticismo nas velhas redações da notícia impressa. *Internet* e notícia viraram casamento indissolúvel. O casamento com a IA vai seguir pelo mesmo caminho. Não tem volta. Um outro exemplo de mau uso da IA aconteceu na revista *Bebê*, da Editora Abril. Recentemente, a *Folha de S. Paulo* publicou reportagem mostrando a publicação, no *site*, de 311 textos assinados pela mesma pessoa. E essa pessoa não tinha nome no expediente e sua existência não foi constatada.

Os textos desse fantasma reproduziam trechos inteiros de reportagens publicadas por outros veículos, entre eles a própria *Folha*. Claro, a Editora Abril retirou do *site* toda a produção do fantasma. Se, por um lado, suscita desconfiças, por outro a IA generativa parece estar se consolidando como ferramenta útil ao bom jornalismo. Um exemplo:

dos 45 finalistas deste ano no Prêmio Pulitzer, o mais importante da imprensa dos Estados Unidos, cinco informaram ter usado a ferramenta na pesquisa, apuração ou redação de suas reportagens. Parece pouco, mas indica uma tendência.

Uma tendência temida, vejam vocês, até por Warren Buffett, um dos maiores investidores do mundo e um dos primeiros bilionários americanos a não fazer questão de anonimato. Recentemente, na reunião anual de seu poderoso grupo, o Berkshire, não escondeu sua conhecida desconfiança em relação à Inteligência Artificial. Aos 94 anos, voltou a afirmar que, se fugir do controle, a IA pode dar início a uma guerra nuclear sem precedentes. “A verdade”, disse ele, “é que ninguém sabe o que vai acontecer. Não sei como garantir que essa tecnologia vai ser usada para o bem. Assim como ninguém sabia, até o lançamento de duas bombas atômicas na Segunda Guerra, se isso significaria a destruição do mundo”.

Chegando às conclusões aqui dessa nossa conversa: quando você faz um mergulho na *internet* sobre o papel da Inteligência Alternativa generativa na indústria da informação, não precisa de esforço para perceber que tudo ainda está nos primeiros passos. E que ainda estamos todos, Brasil e resto do mundo, caminhando com muita cautela rumo a algo desconhecido. Para acontecer, o futuro precisa superar a questão dos direitos autorais e a necessidade de regulação. Enquanto isso não acontecer, a presença da IA nas notícias que lemos, vemos e ouvimos vai mais parecer do que ser. Para concluir, resolvi pedir textos de encerramento ao *Copilot*, o *Chatbot* da Microsoft e ao *ChatGPT*, da *OpenAI*, que está ativo há 9 anos. Veja o que as ferramentas escreveram:

COPILOT:

“Ao nos despedirmos, espero ter lançado luz sobre como a Inteligência Artificial está revolucionando o jornalismo, trazendo novas oportuni-

dades e desafios. A IA está ajudando jornalistas a automatizar tarefas repetitivas, a realizar análises de dados complexas e a entregar conteúdo personalizado aos leitores. Mas também precisamos estar atentos aos riscos éticos e ao impacto potencial sobre a integridade da informação.

A jornada da IA no jornalismo está apenas começando. Cabe a nós, como jornalistas, editores e consumidores de notícias, moldar o futuro dessa tecnologia com responsabilidade e transparência. Vamos abraçar a inovação, mas também lembrar da importância do toque humano, da investigação cuidadosa e do compromisso com a verdade.”

ChatGPT:

“A inteligência artificial não é mais uma ideia do futuro – ela está aqui, agora, transformando nossas vidas de maneiras que ainda estamos começando a compreender. Como qualquer ferramenta poderosa, seu impacto depende de como a utilizamos. Podemos escolher um caminho onde a IA amplie nossas capacidades, resolva problemas globais e melhore a qualidade de vida para todos. Mas essa escolha exige responsabilidade, ética e um compromisso contínuo com a inovação consciente. Então, ao sairmos daqui hoje, eu deixo uma pergunta: Como podemos garantir que a IA seja um reflexo do melhor que a humanidade tem a oferecer? Essa resposta depende de todos nós!”

Parece que a IA generativa não leva muita fé nela própria. E que seus *players* trabalham para agregar à marca algo chamado credibilidade, virtude que os grandes grupos de comunicação do Brasil e do mundo levaram décadas para construir e consolidar. Partindo dessa premissa, perguntei para o *Copilot* quais são as fontes de consulta e referência dos *chatbots* em geral para atender a demanda, não só de jornalistas, mas do público em geral. A resposta, sem muita surpresa, inclui as fontes originalmente análogas nas quais todos já bebemos lá atrás e nossos

filhos e netos bebem hoje: *Enciclopédia Britannica*, Unesco, IBGE, *New York Times*, BBC, Organização Mundial da Saúde, Greenpeace, Anistia Internacional, Banco Mundial, ONU, OCDE, entre outras.

Já que falamos de carnaval na abertura, podemos finalizar aqui lembrando de um samba enredo histórico da União da Ilha, cantado na avenida em 1978. “Como será o amanhã, responda quem puder, o que irá me acontecer, o meu destino será como Deus quiser”.

Uma pesquisa da Reuters chamada Digital News Report 2024 ajuda a responder. Pelo menos no capítulo IA e Jornalismo. O trabalho fez foco no consumo de notícias, abrangendo 47 países, Brasil entre eles. E tentou medir o tamanho da confiança no noticiário. A confiança ficou em 43% no mundo e 40% no Brasil.

Obter informação é o principal uso da IA para 24% dos entrevistados. Quando perguntados sobre os setores nos quais a IA generativa terá mais impacto nos próximos 5 anos, 66% responderam jornalismo e ciência. Mas a confiança ainda é precária: menos de um terço dos entrevistados confia que empresas de mídia social, políticos e meios de comunicação usarão a IA com responsabilidade.

Como vemos, a estrada é longa. Que os deuses da *web* iluminem a inteligência humana na convivência com a Inteligência Artificial.

Muito obrigado pela atenção

A Revolução Liberal de 1842

Antônio Celso
Sócio Titular do IHGB.

Senhor Presidente, senhoras conselheiras, caros conselheiros.

Milton Campos, político e intelectual liberal, ex-governador de Minas, na edição especial de *O Jornal*, dedicada a Minas Gerais, publicada em 24 de junho de 1929, em artigo intitulado “A Constante Liberal”, registrava o seguinte:

[...] “o sovado clichê da ‘vocação liberal de Minas’ não é apenas uma inexpressiva frase feita, mas, ao contrário, corresponde a uma verdade profunda. O liberalismo mineiro existe efetivamente, não como partido ou doutrina política, mas como índole, temperamento e vocação. Não é o liberalismo das frases sonoras, atmosfera da incultura e veículo de demagogia. Para este, realmente, é possível que não exista mais lugar no mundo moderno. Nem é o romantismo político, cujas abstrações fogem sempre ao quadro das realidades.”¹

É oportuno assinalar o fato de que o liberalismo mineiro, em suas raízes históricas, decorre do quadro político-econômico e psicológico-social que medrou na sociedade mineira a partir da reação, da luta e da ojeriza à implacável opressão praticada pelas autoridades portuguesas ao tempo do Brasil Colônia, que, para dar plena execução ao Pacto Colonial, utilizavam-se de extrema violência política e da imposição de tributos escorchantes sobre os produtos manufaturados exportados para o Brasil pela Metrópole e, principalmente, sobre o

ouro e os diamantes que eram extraídos das minas e dos leitos dos rios da Capitania.

Rememora-se tais fatos e seus contextos para tentar mostrar como a força da mencionada constante liberal levou as lideranças liberais mineiras, principalmente o líder de fato do levante em Minas, Teófilo Ottoni, a entrar na Revolução Liberal de 1842, em uma luta que já estava perdida, em uma revolução que, deflagrada em São Paulo, fracassara totalmente naquela Província.

Para melhor expor, o presente texto apresenta-se dividido em quatro partes:

Inicialmente, os antecedentes políticos que levaram os liberais paulistas e mineiros a pegarem em armas, em 1842, contra o governo do Império, isto é, contra a política do gabinete conservador, regressista, que anulava as conquistas liberais obtidas na primeira metade do período regencial. O movimento, portanto, não era antimonárquico.

Em seguida, apontar na eclosão da revolta o papel e o fracasso militar dos paulistas e a conseqüente entrada dos mineiros no levante.

Na sequência, pretende-se analisar a campanha militar em Minas Gerais.

E, por fim, apresentar as considerações finais.

ANTECEDENTES DO MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO DE 1842

Após a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o período regencial, que se encerrou com a proclamação da maioria de D. Pedro II, em 1840, foi caracterizado por grande instabilidade política decorrente de

revoltas, lutas e sedições entre facções políticas em várias Províncias do Império – a Cabanada no Pará, 1832-1835, a Balaiada, no Maranhão, 1838-1841, e a Sabinada, na Bahia, 1837-1838.

Nesse quadro de revoltas, a Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul, foi a mais importante, pela amplitude e duração do levante, 1835 a 1845, e por sua natureza republicana e separatista. Representou, desta forma, forte ameaça à unidade territorial do Império.

A Revolução Liberal de 1842, apesar de sua eclosão ter se verificado no Segundo Reinado, seus antecedentes estão nas lutas entre liberais e conservadores, ou regressistas, nos anos finais do período regencial e no primeiro e segundo anos da Maioridade.

Como acentua Francisco Iglésias, a série de levantes no território do Império durante a Regência expressa um componente “básico para a compreensão de uma constante na vida nacional – o sentido contestador –, contrário do estereótipo de cordura do povo, que teria uma trajetória de conciliação e sem sangue, tese definitivamente arquivada”.²

Sobre isso, é conveniente aludir às chamadas sedições, ou revoltas populares que aconteceram, por exemplo, em 1833, em Minas, como a chamada Sedição de Ouro Preto ou Revolta do Ano da Fumaça, promovida por caramurus, ou seja, partidários da restauração de Pedro I, e as violentas revoltas de escravos, como a de Carrancas, no sul de Minas, e a maior de todas, em 1833, a dos escravos Malês (imalê, em iorubá, significa mulçumano), em Salvador, Bahia, em 1835, além da Revolta de Manuel Congo, em Vassouras, Rio de Janeiro, em 1839.

Para se ter uma ideia da situação em Vassouras durante a rebelião, a cidade tinha 20.589 habitantes, dos quais 14.333 escravos e, em Salvador, com uma população em torno de 65.000 habitantes, 40% eram escravos, dos quais 63% nascidos na África.

Pois bem: até 1837 não havia partidos políticos organizados no Brasil. A luta política se concretizava no embate entre as facções que se agrupavam em sociedades secretas de vocação maçônica, compreendendo liberais exaltados, partidários da federação e da república, liberais moderados monarquistas, conservadores moderados e os absolutistas caramurus que, até 1834, defendiam a volta de D. Pedro I ao Brasil.

A partir de 1837, conscientes de que era necessário defender a estabilidade e a integralidade do território do Império, essas facções se acomodaram nos dois partidos políticos – o Conservador e o Liberal, agremiações que se revezariam no governo do Império até o final do Segundo Reinado, sob o controle de D. Pedro II, titular do Poder Moderador.

Nos primeiros tempos da Regência uma “maré liberal” dominou a cena política no Império, praticamente, até a queda da Regência Una do Padre Diogo Antônio Feijó, em 1837.

A primeira conquista dos liberais foi a Lei aprovada em 29 de novembro de 1832, que reformou o Código Criminal de 1830. O Código de 1830, resultado do projeto do deputado mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, era, para a época, avançado, pautado na Constituição de 1824, cujo artigo 179 dispunha sobre princípios relativos à política penal, e substituía o Livro V das Ordenações Filipinas de 1603.

O Código do Processo Criminal de 1832,³ constitui-se, na história do direito brasileiro, em marco importante, uma conquista, na medida em que complementou e modernizou o Código de 1830. O projeto de 1832, que foi apresentado por Manuel Alves Branco, segundo Visconde de Caravelas, trouxe à legislação processual do Império influências do direito britânico, como a instituição do *habeas corpus*, o Conselho de Jurados (tribunal do júri), criou os juizes de direito, juizes

municipais, que eram competentes para substituir os juizes de direito em seus impedimentos, juizes de paz eleitos e promotores de justiça.

Além disso, estabeleceu a publicidade de todas as audiências e, entre outros avanços, o direito do cidadão de propor ação penal popular, mesmo não sendo vítima, quando se tratasse de crime público. Entretanto, na dinâmica da “maré liberal” o principal objetivo era reformar a Constituição do Império, ou seja, conferir à Câmara poderes exclusivos para realizar a reforma, sem passar pelo Senado, para legitimar a Carta de 25 de Março de 1824, que fora outorgada por D. Pedro I ao povo brasileiro.

Teófilo Ottoni, na edição do jornal *A Sentinela do Serro*, de 25 de junho de 1831, publicou um artigo que, reproduzido pela imprensa liberal da Corte e na de várias províncias do Império, repercutiu fortemente em todo o país.

Três pontos básicos foram apontados por ele como fundamentalmente necessários para “republicanizar a Constituição”: transformar os Conselhos Gerais das Províncias em Assembleias Provinciais; limitar as competências do Poder Moderador e abolir a vitaliciedade dos senadores.

As propostas de Ottoni foram acolhidas e ampliadas no projeto de reforma constitucional apresentado pelo deputado mineiro José Cesário de Miranda Ribeiro (1792-1856), futuro visconde de Uberaba, em outubro de 1831.

Além disso, ao ampliar as propostas de Ottoni, propunha outras medidas, como a autonomia municipal, a extinção do Poder Moderador, o veto de projetos aprovados no Parlamento pelo Imperador ficaria sujeito à aprovação da Câmara, a supressão do Conselho de

Estado, e um terço do Senado seria renovado em cada legislatura, acabando com a vitaliciedade dos mandatos. Propunha, ainda, entre outras medidas, a autonomia financeira e orçamentária das províncias.

O projeto foi aprovado pela Câmara com um aditivo estabelecendo que o Império do Brasil seria uma monarquia federativa. Enviado ao Senado, em razão do conteúdo radical do projeto, sua tramitação foi adiada para a legislatura seguinte.

Após exaustivas negociações, e com a rejeição pelo Senado do projeto de Miranda Ribeiro, em negociação conduzida por Evaristo da Veiga, chegou-se, com um substitutivo, a um acordo entre liberais e conservadores do qual resultou a Lei de 12 de outubro de 1832, cujo único artigo determinava que os deputados eleitos na legislatura 1834-1837, teriam poderes constituintes para reformar a Constituição do Império.

Instalada a nova legislatura, com a Câmara dotada de poderes constituintes, foi aprovado, em 12 de outubro de 1834, o Ato Adicional, normativa que estabeleceu, entre outros dispositivos, o seguinte: Regência Una, dissolução do Conselho de Estado, criação das Assembleias Legislativas Provinciais, porém, manteve a vitaliciedade do Senado e criou o Município Neutro, isto é, desligou a capital do Império da Província do Rio de Janeiro.

Em relação às chamadas “Bandeiras das Franquias Provinciais” – expressão criada por Montezuma –, ou seja, a autonomia administrativa, orçamentária, judicial e policial que era concedida às Provinciais, o Ato Adicional ao estabelecer que os presidentes das Províncias do Império seriam nomeados por ato do Imperador, estabeleceu uma ambiguidade, na medida em que se podia, por exemplo, ter uma Assembleia Provincial de maioria liberal com um presidente da Província nomeado por indicação de um governo central conservador.

No contexto da instabilidade política da Regência, em 18 de setembro de 1837, o regente Feijó, hostilizado por conservadores que o acusavam de incompetência para reprimir as revoltas que ameaçavam a estabilidade do Império, e mesmo por elementos mais conservadores pertencentes à facção liberal moderada, da qual ele era um dos expoentes, viu-se obrigado a renunciar por faltar-lhe o apoio político necessário para continuar governando.

Empossara-se em 12 de outubro de 1835 e, desde o primeiro momento, enfrentou grandes dificuldades para formar e desenvolver seu programa de governo. Eram constantes seus atritos com a Câmara e com seus próprios ministros, fato que o obrigava a reformar o ministério em espaço de meses. Em 2 anos de governo nomeou quatro gabinetes. Feijó era obstinado, de saúde frágil e trato difícil, abolicionista e defensor do fim do celibato do Clero, posições que lhe criaram, respectivamente, grandes dificuldades com os escravocratas e com seus superiores eclesiásticos.

Com a renúncia de Feijó, o senador por Pernambuco, Pedro de Araújo Lima, visconde e posteriormente Marquês de Olinda, assumiu interinamente a Regência Una e logo confirmado com sua eleição para o cargo. Araújo Lima promoveu profundas mudanças no governo do Império. Nomeou um gabinete composto unicamente por conservadores e pôs em prática programa de governo, cujo objetivo era concentrar e centralizar o poder, e, com isso, reprimir e tomar medidas concretas para liquidar com as revoltas que ameaçavam o Império.

Era urgente “parar o carro revolucionário”, dizia, naquela altura, Bernardo Pereira de Vasconcelos, ministro da Justiça de Araújo Lima, que havia abandonado totalmente suas convicções liberais para tornar-se um dos principais líderes da Reação Conservadora, ou Regressista.

Esta corrente política que se transformará no Partido da Ordem e mais tarde no Partido Conservador, acusava as reformas liberais como responsáveis pela onda de rebeliões no país, pois estas, pela descentralização, haviam enfraquecido o Poder Central.

Fortalecidos no governo, os regressistas trataram de revogar as conquistas liberais. A “maré liberal” dos primeiros anos da Regência foi substituída por uma “maré conservadora”,⁴ que, sem maiores dificuldades, com expressiva maioria parlamentar, na legislatura 1839-1841, aprovou as chamadas “Leis Reacionárias”, como a de n. 105, de 12 de maio de 1840, denominada Lei de Interpretação do Ato Adicional de 1834, legislação que retirou a autonomia administrativa e orçamentária das Assembleias Provinciais, bem como a dos municípios, autorizou os presidentes das Províncias, nomeados pelo Gabinete, a negar sanção a um projeto por ele visto como inconstitucional e devolveu ao Poder Central o controle da Polícia e do Judiciário nas Províncias.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, que, em 1834, ainda liberal moderado, fora o autor do projeto do Ato Adicional, passara a apontá-lo como a “carta da anarquia”, em razão das emendas que foram adicionadas ao texto original.⁵ Na tentativa de conter as ações dos conservadores no poder, em 1840, os liberais tramaram o golpe da Maioridade.

Para Teófilo Ottoni a Maioridade não era uma aspiração, mas uma imposição do momento histórico. Conforme esclarece, em 1860, em sua *Circular aos Eleitores de Senadores pela Província de Minas Gerais*, havia um impedimento de ordem legal, ou seja, o artigo 121 da Constituição do Império determinava o seguinte: “O imperador é menor até a idade de 18 anos completos”. D. Pedro completaria 15 anos em 2 de dezembro de 1840.

Porém, diante da gravidade da situação, preocupado com a possibilidade do predomínio e a influência dos conservadores perdurarem até o Imperador alcançar a maioria, era, portanto, justificado, para o bem do Brasil, afirmava Ottoni, ir contra o texto constitucional, pois, conforme ensinamento de Thomas Jefferson “para aproveitar-se uma ocasião fugitiva de fazer o bem do país, é lícito ir além da Constituição”.⁶

Após intensos debates na Câmara e no Senado, com a situação conservadora tentando, sem sucesso, postergar a maioria imperial, porém, com a anuência do Imperador, o projeto da maioria foi aprovado e esta foi solenemente declarada a 23 de julho de 1840. A forma como se deu a composição do primeiro ministério da Maioridade foi frustrante para os liberais.

Embora congregado por maioria liberal – Antônio Carlos e Martin Francisco de Andrada, por exemplo o compunham –, Aureliano de Souza Coutinho, o Visconde de Sepetiba, foi incluído no ministério por imposição do jovem imperador. Aureliano Coutinho era membro proeminente da chamada “facção áulica”, ou Clube da Joana, grupo palaciano que exercia grande influência sobre o jovem monarca.

O governo, nominalmente liberal, enfrentava grandes dificuldades para emplacar as políticas do Partido. O ministro da Marinha, Holanda Cavalcanti, resolveu combater o tráfico de escravos. Os traficantes e os escravocratas trabalhavam para derrubar o gabinete. Numa divergência entre Aureliano Coutinho e o restante do Ministério, o imperador apoiou Aureliano. Caiu o primeiro gabinete da maioria, que durou apenas 8 meses. Aureliano Coutinho foi chamado para organizar o ministério de 1841 e formou um governo com conservadores radicais.

Em 23 de novembro de 1841, os conservadores aprovaram a Lei n. 234, que restabeleceu o Conselho de Estado e, no mês seguinte, em 3 de dezembro de 1841, aprovaram a Lei que reformou o Código Criminal de 1832. As mudanças realizadas pelos regressistas no Código, estabeleceram forte centralização judicial.

Os chefes de Polícia das Províncias passaram a ser nomeados pelo imperador e escolhidos dentre desembargadores e juizes de direito. As atribuições dos juizes de paz foram praticamente suprimidas. Os delegados de polícia assumiam as funções retiradas dos juizes de paz, não somente realizando os inquéritos como também exarando sentenças de pronúncias de determinados crimes. As Províncias perderam totalmente as competências em matéria policial que lhes foram atribuídas pelo Código de 1832.⁷

Além do mais, a reforma passou a autorizar prisões arbitrárias a título de averiguação. A inviolabilidade do asilo foi eliminada. A maioria foi obra dos liberais. Entretanto, eles logo perceberam que haviam sido logrados. E reagiram. Nas eleições para legislatura que se iniciaria em 1842, eles foram amplamente vitoriosos.

Os conservadores não acataram o resultado das eleições sob o argumento de que a vitória liberal resultara de uma grande fraude, da violência praticada pelos vencedores durante a campanha e no correr da votação. Chamada pelos conservadores de “eleição do cacete”, os mandatos liberais conquistados seriam, segundo eles, consequentemente ilegítimos. Em razão, disso, circulavam na Câmara rumores sobre uma possível dissolução da futura Câmara.

Em um dos memoráveis debates da legislatura que se encerraria em 1841, Teófilo Ottoni afirmava que se o governo dissolvesse, previamente, a Câmara que seria instalada em 1842, sob falsos argumentos,

o governo passaria, sem dúvida, à condição de governo de fato, inconstitucional, seria tão ilegítimo como o da República de Piratini, proclamada no sul pelos rebeldes Farrapos.

Carneiro Leão revidou afirmando que o governo do Império, qualquer que fosse, seria legítimo, porque à sua frente estaria sempre o Imperador. Teófilo Ottoni responde que o governo do Imperador só seria legítimo pela Constituição. Os fatos posteriores mostrariam que o vaticínio de Ottoni se confirmaria. No final da legislatura de 1841 o governo conseguiu aprovar duas leis retrógradas, chamadas pela oposição liberal “leis do cabresto”: a de 23 de novembro, restabelecendo o Conselho de Estado, fato que violava o Ato Adicional, e a de 3 de dezembro, que reformava o Código de Processo Criminal.

Esta reforma centralizava a polícia, estendia-lhe funções judiciárias, permitia a prisão arbitrária a título de averiguação e suprimia a inviolabilidade do asilo, que era assegurada à residência do cidadão. No começo de 1842 o governo conseguiu aprovar a regulamentação da reforma. As esperanças dos liberais para mudar esse quadro estava na legislatura que se inauguraria em maio 1842, na medida em que haviam conseguido ampla maioria para voltar a formar o governo.

Certos de que os liberais revogariam as “leis de cabresto e os regulamentos de ferro”, na legislatura que se iniciaria no dia 3 de maio de 1842, em 1 de maio, portanto, dois dias antes de se instalar a nova Câmara, o imperador a dissolveu, aplicando, pela primeira vez em seu reinado, atribuições que lhe conferiam o Poder Moderador. Era uma medida de força que, para Teófilo Ottoni, colocava o governo, como antes afirmara, fora da Constituição.

Pregando o direito de insurreição contra o despotismo, ele só vê saída na revolução. Na “Sociedade dos Patriarcas Invisíveis”, criada pelos

liberais nos moldes do Clube da Maioridade, ou seja, nos padrões maçônicos, para defender a Constituição e o Ato Adicional, e que tinha filiados em São Paulo, Minas, Rio de Janeiro e em outras Províncias, já se havia decidido que, na hipótese de dissolução prévia da Câmara de 1842, as Províncias assumiriam uma atitude revolucionária para intimidar o governo e levá-lo a recuar.

O LEVANTE DE 1842

Prevendo a participação de São Paulo e Minas em provável movimento revolucionário, as lideranças conservadoras começaram a prender, arbitrariamente, na capital do Império e nas Províncias, líderes ou meros seguidores liberais. Teófilo Ottoni não foi preso, em razão da imunidade parlamentar. Contudo, vigiado dia e noite, mostrava-se confiante na vitória das forças revolucionárias arregimentadas em São Paulo pelos líderes liberais, Rafael Tobias de Aguiar e Diogo Antônio Feijó.

Assim, no dia 17 de maio de 1842, eclodiu a Revolução na Província de São Paulo. Proclamada, em Sorocaba, transformada em capital provisória, o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar foi aclamado presidente revolucionário de São Paulo, Província que, naquela altura, tinha como presidente legal José da Costa Carvalho, Barão de Monte Alegre.

No dia 10 de junho de 1842, com Teófilo Ottoni ainda no Rio de Janeiro, foi a vez dos mineiros entrarem no movimento. José Feliciano Pinto Coelho, futuro Barão de Cocais, é declarado presidente interino da Província mineira pelo batalhão da Guarda Nacional e pela Câmara Municipal de Barbacena. O conservador Bernardo Jacinto da Veiga era o presidente legal. Os insurgentes mineiros não estavam ainda preparados para enfrentar a reação militar do governo.

No planejamento da revolta, realizado na Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, acertou-se que os liberais mineiros promoveriam apenas uma manifestação revolucionária, uma “distração”⁸ e, com isso, atrairiam tropas legalistas à província mineira, medida que, pensavam os insurgentes, ajudaria os paulistas.

Contavam “que a Província de São Paulo se levantaria como um só homem, e que aos mineiros não estava destinada outra tarefa senão a de uma manifestação popular até certo ponto pacífica”.⁹ Entretanto, o esforço militar dos paulistas não foi suficiente para vencer as tropas legais.

A Coluna Libertadora do Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, composta por 1.500 homens, foi batida pelas tropas legais comandadas pelo brigadeiro Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), então Barão de Caxias, na localidade de Venda Grande. Tobias de Aguiar, antes da batalha, casara-se com a sua então companheira – tinham seis filhos –, Domitila de Castro Canto e Melo, a Marquesa de Santos, antiga amante de D. Pedro I. Tobias de Aguiar escapou para o sul do Império e, posteriormente, foi preso no Rio Grande do Sul, em 8 de novembro de 1842. Transportado ao Rio de Janeiro, foi encarcerado na Fortaleza da Lage.

O LEVANTE EM MINAS

Os sucessos ocorridos em Barbacena, no dia 10 de junho de 1842, aconteceram de forma antecipada. Teófilo Ottoni, em 1860, dá-nos conta de seus esforços para deixar o Rio de Janeiro em direção a Minas, para engajar-se no movimento. Não obstante o que fora planejado pelas lideranças revolucionárias a respeito da participação mineira na insurreição, isto é, sem engajamento militar de vulto, porém, vencidos os paulistas, para Teófilo Ottoni, por uma questão de honra, era preciso continuar com o movimento.

Resoluto, toma o caminho de Minas, perseguido pela polícia imperial. Disfarçado, consegue chegar. Como havia empenhado a palavra com os paulistas, não podia recuar. Para ele, continuar a luta, era também “uma afirmação de fé liberal” e uma “peleja contra o despotismo”.¹⁰ Além disso, como não se tinha conhecimento completo do que, de fato, acontecera com o Brigadeiro Tobias de Aguiar, que, embora vencido por Caxias ao tentar invadir a capital paulista poderia estar resistindo em outra localidade, provavelmente na Comarca de Curitiba, que era parte da Província de São Paulo.

Tobias de Aguiar ao começar a revolta esperava a combinada adesão da Comarca de Curitiba, porém, Caxias negociara com as lideranças curitibanas o apoio do governo imperial à transformação da Comarca em Província do Império, fato que se deu em 1853, com a criação da Província do Paraná.

A província mineira aderira à Revolução com entusiasmo. Os manifestos e as proclamações das lideranças do movimento e das Câmaras Municipais das principais cidades de Minas, expondo com clareza as razões da medida extrema contra as “leis do cabresto”, levantaram o espírito patriótico dos mineiros. Formam-se, prontamente, batalhões de voluntários: “A velha província, sofrida nas impaciências da liberdade, com a tradição ensanguentada nas lutas contra o despotismo, tinha de ser, até pela vocação histórica, o grande palco do drama. Tinha de ser, e o foi”.¹¹

Escrevendo sobre a adesão dos mineiros ao movimento revolucionário, destaca José Antônio Marinho, revolucionário e historiador do movimento: “Pode-se afirmar, com toda a segurança, que o Movimento de 10 de junho fora reclamado pela opinião pública, e por ela poderosamente sustentado, que fora ele a fiel expressão dos votos e do pensamento de toda a população”.¹²

Os embates iniciais com a tropa imperial foram favoráveis aos revolucionários. Contudo, graves erros estratégicos e táticos foram cometidos pelo comando revolucionário mineiro, antes de chegar à batalha decisiva em Santa Luzia. O comandante supremo, José Feliciano Pinto Coelho, monarquista convicto, lento nas decisões, era extremamente moderado. Segundo Christiano Ottoni, Feliciano “não possuía as verdadeiras qualidades de um revolucionário”.¹³

Fora difícil convencê-lo a recorrer à luta armada, pois queria ganhar tempo para uma rendição negociada. Para ele, o compromisso dos mineiros com os paulistas havia sido cumprido. Para demonstrar que assim devia ser, em vez de ordenar ao batalhão da Guarda Nacional que o aclamara presidente interino da Província e marchar imediatamente para São João Del-Rei, ele dispersou a tropa e somente dias depois mandou que ocupassem a referida cidade.

O plano de Teófilo Ottoni, de José Antônio Marinho, e dos demais comandantes, compreendia tomar Queluz (hoje, Conselheiro Lafayette, Minas Gerais), guarnecida por forte tropa profissional e, após a possível vitória, marchar imediatamente contra Ouro Preto e depor o impopular Bernardo Jacinto da Veiga, presidente legal da Província.

Precisavam agir com rapidez, para tomar a capital e impedir que as forças de resistência, que estavam sendo organizadas por Jacinto da Veiga, pudessem se juntar às tropas que estavam sendo organizadas no Rio de Janeiro para dissipar a revolta. Após muita insistência de Teófilo Ottoni, José Feliciano Pinto Coelho autorizou o ataque a Queluz. Escolhido por Ottoni, o coronel Antônio Nunes Galvão comandou a investida com 1.500 homens, sendo que, destes, trezentos não portavam armas de fogo, e o restante com apenas “quatrocentas a quinhentas armas de adarme 17”, e outras tantas eram espingardas de caça.¹⁴

Teófilo Ottoni, de casaca branca, estava na linha de frente. “Foi, portanto, nessa batalha que ele ganhou o apelido de Capitão da Casaca Branca, que logo se popularizou positivamente e o acompanhou até a sua morte. A guarnição imperial em Queluz era comandada pelo brigadeiro Alves de Toledo, contava com disciplinada tropa composta por 700 soldados profissionais, bem armada e bem municiada, protegida por artilharia e por trincheiras naturais”.¹⁵

Essa batalha, travada em 26 de julho de 1842, durou todo um dia e, ao cabo, os rebeldes desbarataram as tropas do governo e tomaram a cidade. Duzentos legalistas foram aprisionados, cinquenta foram mortos, apreendidas 350 armas, uma peça de artilharia, e grande quantidade de munição.¹⁶ Confirmada a vitória, Teófilo Ottoni quer marchar logo para Ouro Preto.

Nesta altura, José Feliciano tomou conhecimento da derrota em São Paulo e que o Barão de Caxias estava a caminho de Minas com o Exército imperial reforçado pela polícia do Rio de Janeiro. Este fato leva Feliciano a paralisar as ações e anunciar que era o momento de tentar negociar uma saída honrosa para a insurgência. Entretanto, a tropa quer continuar a luta e protesta contra a inércia do comandante supremo.

Ottoni joga todo o seu prestígio com os soldados para conter a dispersão do exército rebelde, prometendo que atacariam Ouro Preto tão logo chegasse a coluna que partira de Santa Bárbara. Agindo com presteza, o governo imperial suspende as garantias constitucionais em Minas e em São Paulo, fecha as fronteiras das duas Províncias, convoca a Guarda Nacional e “cogita de aplicar o dispositivo do Código Criminal sobre os bens dos insurgentes, uma vez que estes dispuseram do dinheiro público e obstaram as arrecadações”.¹⁷

Tomados pelo desânimo, os comandantes rebeldes resolvem discutir a possibilidade de rendição. Vencido nessa matéria, Ottoni destacou a José Feliciano que aquele era o momento propício para tal decisão, pois negociariam após a brilhante vitória militar em Queluz. Assim, propõe o envio de uma proclamação a Caxias comunicando a disposição do comando revolucionário de suspender a insurgência e, uma vez aceita essa asserção, o presidente José Feliciano e principais comandantes se apresentariam ao Barão de Caxias.

Quando Feliciano manifestava seus temores acerca da proposta de Ottoni, chega a informação de que a Coluna de Santa Bárbara, após importante vitória sobre os realistas em Caeté, adentrava o acampamento, fato que, de pronto, levantou a moral da tropa, pois, com tal reforço, as forças revolucionárias passariam a somar mais de três mil homens. Além disso, a coluna revolucionária poderia contar com as 350 armas, a munição e um canhão, ou seja, o material capturado aos realistas no assalto a Queluz.

Ottoni quer partir imediatamente contra Ouro Preto, conquistá-la antes da chegada de Caxias. Feliciano não aceita a sugestão de Ottoni. O comandante supremo quer negociar a paz. Ottoni propõe, então, que o exército insurgente marchasse para o norte da Província, onde poderia ampliar os efetivos e, assim, conseguir melhores condições para negociar a rendição.¹⁸

Feliciano, em sua insistência para ganhar tempo e afastar a marcha contra Ouro Preto, ordena que o exército rebelde avance na direção de Sabará. Após 6 dias de marcha morosa, as tropas mineiras estavam diante de Sabará, cidade que estava fortemente guarnecida por tropas imperiais. Ottoni, com muito esforço, consegue a ordem de ataque. Para convencer o indeciso comandante supremo, utiliza-se

de argumento irrefutável: era preciso derrotar tais forças para evitar que se juntassem às hostes do Barão de Caxias, que já estavam em Ouro Preto, desde o dia 6 de agosto de 1842.¹⁹

Após 12 horas de combate, Sabará é ocupada pelos revolucionários mineiros, que, em seguida, deslocam-se para Santa Luzia. Na madrugada do dia 20 de agosto de 1842, deu-se um fato surpreendente e determinante para o moral da tropa insurgente: José Feliciano, comandante supremo, abandonou a luta. Caxias marchou para Santa Luzia e pretendia enfrentar os rebeldes em 21 de agosto, dia que, certamente, estariam reunidas as três colunas que dividiam suas tropas. Uma sob seu comando; a segunda sob as ordens de seu irmão coronel José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho (1809-1894) e a terceira chefiada pelo Coronel Francisco de Assis Ataíde.

Entretanto, foi obrigado a antecipar o combate decisivo, uma vez que fora atacado pela coluna comandada pelo Coronel Antônio Nunes Galvão. As tropas imperiais eram em menor número, porém, contavam com soldados bem treinados e recursos bélicos superiores aos do exército insurgente. O exército rebelde estava bem situado no terreno, no alto do Alcobaça.

Caxias tentou, em vão, conquistar a posição. Após intensa fuzilaria, concluiu que não conseguiria desalojá-los e ordenou a retirada de suas tropas. Os insurgentes abandonaram a posição privilegiada e saíram em perseguição às tropas imperiais. A vitória rebelde parecia certa. Nesse momento, já entrando à tarde, os legalistas, em retirada na direção de Sabará perdem para os rebeldes que os perseguem.

Neste momento decisivo da batalha, a sorte beneficiou Caxias. A coluna comandada por seu irmão, que não havia chegado a tempo de

unir-se às suas tropas, irrompe nas proximidades do alto do Alcobaça e ocupa a posição abandonada pelos insurgentes. Caxias, percebendo o acontecido, inteligentemente retorna à luta. O exército rebelde ficou entre dois fogos, fato que mudou de forma definitiva as condições da batalha. Inferiorizados sob todos os aspectos, os rebeldes foram forçados à rendição.

“Considerando muitos fatores adversos, foi extraordinário o desempenho revolucionário nessa luta, cuja decisão dependeu muito da sorte. Grande número de mortos e feridos dos dois lados, sobretudo entre os insurgentes, que tiveram alto número de prisioneiros, cerca de 300, inclusive os principais chefes.”²⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A derrota em Santa Luzia, considerando que a força insurgente não foi totalmente destruída, poderia ter sido apenas uma batalha perdida no correr da guerra. Como disse Marinho, se Ottoni tivesse deixado Santa Luzia ao término da batalha “os sucessos do dia 20 teriam sido apenas um revés”.²¹

Restavam nas fileiras rebeldes dois mil homens, munição, armas suficientes e muita disposição para continuar a luta em outro ponto da Província, em “Paracatu, por exemplo, onde a esse tempo se achavam reunidos para cima de oitocentos homens”.²²

Teófilo Ottoni e outros chefes rebeldes contudo, entenderam que era o momento de encerrar a revolução, para evitar maiores perdas de vida dos dois lados. Se continuassem, declara Ottoni, “só conseguiríamos assolando os belos campos de Minas e anarquizando a província”.²³ E ficaram aguardando a prisão em uma casa em Santa Luzia, em vez

de se retirarem escoltados pelas forças dos comandantes Galvão e Alvarenga, que, até a noite, defendiam a entrada de Santa Luzia sem serem molestados pelas tropas de Caxias.

Os revolucionários foram levados pelo Coronel Pinto de Magalhães à presença de Caxias que, os recebeu com respeito. Caxias determinou ao Coronel Ataíde escoltar os prisioneiros até Ouro Preto, para serem posteriormente julgados. Ataíde, sem grandeza, ainda magoado pela derrota que sofrera, comandando 500 homens dias antes na Ponte Grande, fora batido por uma tropa composta por 50 rebeldes, nega aos prisioneiros montaria e os obriga a caminhar até a capital da Província.

O pai e os irmãos de Ottoni foram presos no Serro e levados também para Ouro Preto. Em 19 de setembro de 1843, Ottoni é julgado, em Mariana, por júri popular. Apontado como líder da revolta, ativo, faz a sua própria defesa e, com muita competência, destrói todos os elementos acusatórios, demonstrando, com segura argumentação jurídica, a inconstitucionalidade das “leis do cabresto”, aponta seus acusadores regressistas como violadores da Constituição, contesta a afirmação segundo a qual o movimento tinha como objetivo implantar a República e, com veemência, defende o direito do cidadão de resistir à opressão.

Não nega qualquer dos seus atos praticados durante a revolução. Foi absolvido por unanimidade. Aliás, ele próprio afirma: “Todos os chefes de alguma importância levados ao júri obtiveram absolvição”.²⁴ A queda do ministério conservador, em 1844, foi determinante para a sorte dos revolucionários de 1842.

Em 2 de fevereiro de 1844 o Imperador nomeou o novo ministério, organizado por José Carlos Pereira de Almeida Torres, Visconde de

Macaé, que recebeu apoio dos liberais. Em 14 de março de 1844, D. Pedro II anistiu os insurgentes de 1842. Com o fim da Revolução Farroupilha, em 1845, e a conseqüente pacificação da então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, estavam criadas as condições que determinariam a estabilidade do Segundo Reinado.

Referência

¹ CAMPOS, Milton. A Constante Liberal. In: *Brasil, Terra & Alma – Minas Gerais*. ANDRADE, Carlos Drummond (Organizador). Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1967. p. 151.

² IGLÉSIAS, Francisco. *O Cônego Marinho e 1842*. Apresentação da obra de MARINHO, José Antônio. *História do Movimento Político de 1842*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/Editora da USP, 1977. p. 13.

³ Para melhor conhecimento do Código Criminal de 1832, ver LOPES, José Reinaldo de Lima. *O Direito na História – Lições Introdutórias*. São Paulo: Indaiatuba, 2000. p. 289-290.

⁴ Iglésias, op. cit., p. 21.

⁵ CARDOSO, Fernando Henrique *et al.* A Desradicalização do 7 de Abril. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II: Brasil Monárquico – Dispersão e Unidade. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, p. 55.

⁶ OTTONI, Teófilo. Circular aos senhores eleitores de senadores pela Província de Minas Gerais – 1860. Prefácio de Basílio de Magalhães. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVII, Segunda Parte, Imprensa Nacional, 1916, p. 200.

⁷ LOPES, op. cit., p. 292.

⁸ OTTONI, Teófilo. Circular aos senhores eleitores de senadores pela Província de Minas Gerais – 1860. Prefácio de Basílio Magalhães *Revista*

do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LXXVIII, Segunda Parte, Imprensa Nacional, 1916, p. 22.

⁹ OTTONI, T. op. cit., p. 104.

¹⁰ OTTONI, T. op. cit., p. 163.

¹¹ CHAGAS, op. cit., p. 167.

¹² MARINHO, José Antônio. *História da Revolução Liberal de 1842*. Belo Horizonte: Edição da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2015, p. 185. Monsenhor Marinho é autor da mais importante obra sobre Revolução Liberal em Minas. Ele foi revolucionário e participou ativamente da insurgência.

¹³ OTTONI, Christiano. *Biografia de Teófilo Ottoni*. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1870. p. 22.

¹⁴ Ver MARINHO, op. cit., p. 236.

¹⁵ Ibidem, p. 236.

¹⁶ MARINHO, op. cit., p. 236-240.

¹⁷ IGLÉSIAS, p. 408.

¹⁸ CHAGAS, op. cit., p. 176-180.

¹⁹ Ibidem, p. 181.

²⁰ IGLÉSIAS, op. cit., p. 410.

²¹ OTTONI, T. op. cit., p.107.

²² MARINHO, op. cit., p. 347-348.

²³ OTTONI, T. op. cit., p. 105.

²⁴ OTTONI, T. op. cit., p. 110.

Petróleo Passado, Presente..... e Futuro?

Olga C. R. L.
Simbalista

Para a sua sobrevivência, a espécie humana precisa de três elementos da natureza:

- O oxigênio, contido no ar, sem o qual, em pouco mais que cinco minutos, falece sufocado.
- A água doce, sem a qual, em pouco mais de uma semana, morre desidratado.
- Energia sob a forma de alimentos de diversas naturezas, entre um a dois quilos por dia, ou em termos energéticos, 2.000 Kcal/dia, equivalentes a um copo de petróleo, necessários para o funcionamento dos órgãos de seu corpo, sua movimentação e até para buscar alimento.

À medida que o ser humano iniciou seu processo evolutivo, foram introduzidas em seu cotidiano outras necessidades energéticas, para uso doméstico na cocção, construção de abrigos, transporte, outras fontes de alimentos etc.

O homem primitivo, há um milhão de anos, utilizava cerca de 2.000 Kcal/dia, já o nômade, 100.000 anos, 5.000, o agricultor primitivo 10.000 Kcal/dia, em torno de 8.000 a.C. e o agricultor desenvolvido, no fim da Idade Média, 26.000 Kcal/dia. No final da Era Industrial, suas necessidades diárias incluíam 7.000 Kcal/dia em alimentação, 32.000 para usos domésticos, 24.000 na indústria e agricultura e 14.000 para o transporte.

Já os humanos da Era tecnológica passaram a consumir quase 300.000 Kcal/dia, o que, de uma forma simplista, equivaleria a necessitar do trabalho de cerca de 150 trabalhadores/escravos, para dispor das comodidades oferecidas pelas atuais fontes concentradas de energia.

A despeito do petróleo não ser uma exclusividade do Oriente Médio, as primeiras evidências de sua existência remontam ao Mar Cáspio, como nos mostram o uso do betume para calafetar a Arca de Noé, bem como as histórias dos fogos eternos de Baba Gourgour, dos fogos bizantinos e do nome do Azerbaijão que significa, literalmente, fogo eterno.

Durante a década de 1970, os iniciados, com ar de desafio, costumavam perguntar aos leigos:

– Sabem quais são os três melhores negócios do Mundo?

E eles mesmo respondiam, com ar de sabedoria:

– O petróleo muito bem gerenciado, petróleo gerenciado medianamente e petróleo mal gerenciado.

Era o auge do “ouro negro”, depois da criação da OPEP e dos dois choques do petróleo que multiplicaram seu valor em quase 20 vezes, levando sua participação na matriz energética mundial, juntamente com seu irmão o gás natural, para cerca de 70%.

Porém, a proteção de lindas paisagens, a melhoria do padrão de vida das populações, a redução das poluições e a diminuição da emissão de gases tóxicos, só será possível se formos realistas e práticos, não tão somente desejando que isto aconteça. O consumo energético continua crescendo, bem como a produção de petróleo, o qual, atualmente, para uso como energético, principalmente para os sistemas de transporte

terrestre, aéreo e marítimo, corresponde a 46% de suas aplicações, sendo a maior parcela, de 54%, usada nos seguintes setores:

- Medicina, onde a maior parte dos medicamentos, incluindo a homeopatia e vitaminas são derivados do petróleo.
- Cosméticos, incluindo maquiagens, *shampoos*, perfumes, tintas de cabelo e vários outros são obtidos por meio da petroquímica.
- Plásticos, onde praticamente todos são obtidos da petroquímica, desde de *tablets*, garrafas de água e uma infinidade de pequenos e grandes utensílios, são derivados da petroquímica e correspondem a 4,5% dos usos totais do petróleo.
- Borracha sintética, com seu uso em sapatos, pneus, proteções contra chuvas, agasalhos, luvas e materiais cirúrgicos.
- Produtos de limpeza, onde a maior parte dos produtos atualmente usados são derivados da petroquímica.
- Asfalto, usado em mais de 11 milhões de milhas de estradas pavimentadas no mundo, pois é o aglutinador que faz a liga dos diversos minerais que constituem o asfalto.

Também, com sua evolução, o ser humano passou a usar outras fontes de energia mais concentradas, como o carvão, conhecido na Roma antiga como carbo, na Grécia como antraz e na Europa como Kol, mas em 1850, seu consumo era cinco vezes menor que o da biomassa.

Em meados do século XVIII, o óleo de baleia tornou-se a fonte dominante para a iluminação pública e doméstica, sendo que a unidade usada para medir a luminescência era o “espermaceti”, um óleo de elevada qualidade obtido do esperma da baleia.

Porém, com a crescente demanda por iluminação, em meados do século XIX as baleias foram caçadas até quase a extinção, mas, nesta ocasião, o coronel Ferris descobre a destilação do petróleo, chamado, então, de “*oil from rocks*”, o que desperta o interesse de vários investidores e, em 1859, ele é também descoberto na Pensilvânia, a uma profundidade de 20 metros, havendo um acelerado crescimento na sua produção, com ele passando a ser usado na iluminação, a um preço de 20 US\$/barril, em 1859 e caindo para 10 cents em 1861, mantendo-se neste patamar, após a guerra civil.

No início do século XX, iniciou-se um vertiginoso crescimento do consumo nos EUA, acompanhado em menor intensidade dos consumos do gás e da energia hidráulica, enquanto, o resto do mundo continuou dominado pelo uso da biomassa e do carvão.

O vertiginoso crescimento do consumo nos EUA foi marcado por dois eventos da maior importância:

- O domínio do mercado pela Standard Oil, criada em 1870, até seu desmembramento em 1911 e durante seus 41 anos de existência, o mercado atingiu uma demanda anual de 350 milhões de barris, com uma média anual de crescimento de 11%, correspondendo a 4% do total dos requisitos de energia primária.
- O aparecimento do segmento de transportes automotivos, como um grande consumidor, com a criação da Ford, em 1902 e a produção do Ford T, em 1907, crescendo a uma taxa vertiginosa, atingindo 640 mil veículos em 2011 e continuando a crescer e atingindo 9,3 milhões em 1920, com o preço do petróleo atingindo 10 US\$/barril.

Gradativamente, o petróleo passou a substituir o carvão em embarcações na Grã-Bretanha, com a criação da Anglo-Iraniana, para assegurar o abastecimento de suas frotas.

A volatilidade do preço do petróleo irá marcar sua história, sempre que sua produção tiver um ator dominante e que, ao mesmo tempo, não se atenda à demanda em sua plenitude, porque seus custos fixos para a prospecção e para a exploração são bastante elevados, enquanto os variáveis para a produção são bastante reduzidos, puxando os preços para baixo, sempre que há excesso de produção.

O crescimento expressivo do consumo e a estrutura vertical da indústria do petróleo dominada pelas Sete Irmãs (Exxon, Mobil, Gulf, Texaco, BP e Shell), após o desmembramento da Standard Oil, e por pequenas americanas e europeias independentes, foi responsável pela estabilização dos preços por um longo período.

Uma das grandes consequências da difusão do uso do petróleo foi, a Primeira Guerra Mundial que foi a primeira guerra motorizada.

Em 1929, o petróleo se transformara no único combustível para o transporte, principalmente para aquecedores e queimadores, graças ao seu fácil uso, ao seu elevado poder calorífico na eficiência de caldeiras, à economia de trabalho manual e dos baixos custos para sua produção, armazenagem e transporte.

Com o fim da Segunda Guerra, os interesses pelo petróleo se deslocaram para o Oriente Médio e, desde então, até 1970, sua demanda se multiplicou por 3 nos EUA, por 15 na Europa e por 140 no Japão.

Em 1960, foi criada a Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), a partir da associação entre Venezuela, Arábia Saudita, Kuwait e Iraque, posteriormente se associando Líbia, Indonésia, Equador e Gabão e tendo como motivação a crise do Canal de Suez, em 1956 e 1957. Sua principal função era fixar os preços do petróleo, atribuição, até então, realizada pelos EUA.

A partir de 1970, os preços do petróleo começam a aumentar, ao mesmo tempo que diversas concessões no Oriente Médio foram nacionalizadas, restringindo-se a oferta, cuja centelha foi a Guerra do Kippur, em outubro de 1973, no momento da chegada do inverno no Hemisfério Norte e, conseqüente, aumento da demanda para aquecimento.

Os preços passaram de 3 para 12 US\$/barril, patamar que se manteve até 1979, quando ocorrem novos fatos que levaram a uma nova explosão dos preços:

- A greve dos petroleiros no Irã, com a redução de sua produção em 6 Mb/d.
- Aumento da formação de estoques das petrolíferas ocidentais.
- A redução da produção da Arábia Saudita de 4,5 para 1 Mb/d, talvez como uma reação à assinatura do Acordo de Camp David.

O desequilíbrio entre oferta e demanda levou os preços a um patamar de 40 US\$/barril, o que ocasionou a criação de recursos para a busca de novas fontes de petróleo, no contexto mundial, como as reservas da então União Soviética, do Mar do Norte, do Golfo do México, do Mar Cáspio e do Programa Brasileiro de Águas Profundas.

O crescimento anual destes produtores, durante cerca de 30 anos, foi de 1,5 Mb/d, com conseqüente declínio dos preços no mercado mundial e pela implementação de grandes investimentos em tecnologias de maior eficiência e de fontes alternativas. No final do século XX, a produção americana representava 10% da mundial, contra 70% em 1920 e a do Oriente Médio 41%, sendo a da Arábia Saudita.

Em paralelo à explosão do uso do petróleo, inicia-se, também, o crescimento de uma fonte secundária de energia, a Eletricidade, que requer a existência de fontes primárias para produzi-la, como a energia potencial das quedas d'água, o calor para a produção de vapor por meio de petróleo, carvão, gás natural.

Porém, a invenção que transforma o movimento de bobinas de fios de metais de alta condutividade, em corrente elétrica foi uma invenção do inglês Michael Faraday e, desde então, passou-se a produzir eletricidade a partir de qualquer energia primária, até mesmo pela fissão de átomos pesados.

Seu crescimento, no pós-guerra, foi fabuloso, dos quais 39% provenientes da queima do carvão, 17% do gás natural, 8% do óleo combustível, 17% da hidráulica, 17% do nuclear e os restantes 2% de outras fontes renováveis. Em 2023, foram consumidos 29.925 TWh, com a participação de 60% de combustíveis fósseis.

Porém, um movimento que havia eclodido nos anos de 1960, quando a geração *baby boomers* entra para a universidade, sem uma consciência clara que vivenciavam o período de maior crescimento econômico da humanidade e já tendo adquirido quase todos os bens básicos disponíveis nos EUA, passam a desejar mais em termos de qualidade de vida, diversão e, também, algo novo: melhores condições ambientais.

Tal movimento eclode em paralelo a duas importantes leis americanas, a Clean Air e a Clean Water Acts, em função da poluição das águas da bacia de Santa Bárbara e, desde então, começa uma nova fase no questionamento ao uso de fontes energéticas, em particular dos combustíveis fósseis que estariam poluindo o planeta, com a

emissão de CO₂, que causaria o aumento de sua temperatura em cerca de 2 graus Celsius, capazes de alterar o seu equilíbrio.

Na década de 1990, próximo à virada do século, são iniciados vários projetos para desenvolver fontes não emissoras destes gases, envolvendo investimentos bilionários, bem como subsídios da mesma ordem, destacando-se os projetos em energias eólica, solar e biomassa, no caso brasileiro por meio de um projeto governamental denominado PROINFA, para incentivar o uso destas três fontes, com vários subsídios, sendo talvez o principal, não pagar o acesso ao consumidor, ou seja, sem pagar tarifas de transmissão e de distribuição. Assim, tais fontes passaram a crescer em praticamente todo o mundo.

Entretanto, as duas primeiras fontes são intermitentes e só produzem eletricidade e não energia primária e, mesmo assim, quando o vento sopra forte e quando há sol suficiente, respectivamente.

A origem desses movimentos não é muito clara, sendo o grande argumento a possibilidade do aumento da temperatura terrestre, embasada pelo resumo de um relatório do IPCC, sem que se tenha avaliado todo o texto do enorme relatório, em cerca de dois graus centígrados, caso se continue a fazer uso de combustíveis fósseis, e poderia resultar no seu superaquecimento, no final do século XXI.

Porém, documento atribuído ao ex-secretário de Estado americano Henry Kissinger teria colocado a seguinte questão, que passou a ser denominada, “Estado Paralelo das ONGs”:

“Os países industrializados não poderão viver da maneira como existiram até hoje, se não tiverem à sua disposição os recursos naturais do planeta. Terão que montar um sistema de pressões e constrangimentos garantidores da consecução de seus intentos.”

Todas as fontes de energia apresentam limites em seus usos, limites que não podem ser excedidos. No caso da energia solar, a taxa máxima na qual os fótons, provenientes da fusão nuclear do sol, podem ser convertidos em eletricidade é de 33% e hoje consegue-se apenas 26%. No caso da eólica, a taxa máxima de captura de energia é de 60%, porém as melhores máquinas capturam 45%. Como ambas são intermitentes, a solução é o uso de baterias, ou de usinas hidráulicas reversíveis, para compensar tal intermitência.

Porém, um dos maiores fabricantes de baterias, a Tesla em Nevada, levaria 500 anos para armazenar toda a eletricidade consumida nos EUA em um dia, caso fossem oriundas destas fontes. Em termos mundiais, ambas produzem menos de 3% da energia primária e requerem bilhões de dólares em subsídios.

O ser humano se transformou em um animal energointensivo e as suas grandes descobertas tecnológicas recentes requerem o consumo de quantidades crescentes de energia e, assim, todas as fontes têm o seus papéis, em termos de seus custos e de seus benefícios.

O efeito estufa é um fator levado muito em consideração em recentes tomadas de decisão, mas não pode ser o único quando, examinamos a importância das diversas fontes de energia, sob os seguintes aspectos:

- **Confiabilidade:** uma fonte confiável deve ser capaz de fornecer energia durante 24 horas dos 365 dias do ano, o que não é o caso de eólicas e solares que são intermitentes. Países que investiram massivamente nestas fontes passaram por racionamentos e *blackouts*.
- **Acessibilidade:** o preço da energia afeta praticamente tudo. Se a energia não for acessível para o cidadão comum, isto irá comprometer

sua alimentação, sua climatização e as indústrias não poderão produzir os bens que necessitamos, a preços que possamos pagar.

- **Uso do solo:** quanto mais solo se precisa para implantar determinada fonte de energia, mais se compromete a vida na natureza. Uma planta nuclear de 1.000 MW requer tão somente uma milha quadrada para operar, já fazendas solares do mesmo porte, 70 vezes mais e eólicas, 360 vezes.

- **Proximidade do consumo:** energias eólica e solar, normalmente, não se encontram próximas dos centros de consumo, reque-rendo a disponibilidade de sistemas de transportes que oneram seus custos e a segurança do abastecimento, mas que atualmente, raramente, são levados em consideração. Já os combustíveis fósseis e o nuclear vêm operando a mais de meio século, dentro dos limites das cidades.

- **Estratégia:** abastecer um país por meio de fontes que não apresentem confiabilidade ou mesmo independência, pode comprometer a segurança nacional. Depender da importação de fontes de energia ou de minerais de outros países, coloca sua soberania em risco, fator que até recentemente não era considerado importante.

Atualmente, gasta-se trilhões de dólares na implantação de fontes intermitentes, como solar e eólica, porém, óleo, gás e carvão formam 84% da energia consumida no mundo, apenas 2% menor que há 20 anos. Para termos a mesma quantidade de energia produzida por eles, utilizando solar e eólica, teríamos que aumentar 1.000% nossa capacidade de mineração para produzir elementos utilizados em seus componentes, pois ambas são de material intensivo, sendo a maior parte de suas produções oriundas da China.

O óleo, atualmente, é usado em 97% do transporte mundial, sendo que 80% das viagens aéreas são para fins particulares e consomem dois bilhões de barris de óleo/ano e o consumo de eletricidade do setor de informática é mais que o dobro do Japão, em um conjunto de atividades até então recentes, como entrega de encomendas, computadores quânticos, biotecnologia, Inteligência Artificial e diversas outras que seríamos incapazes de imaginar poucas décadas atrás, são grandes consumidoras de energia e irão continuar crescendo seus consumos, requerendo energias fósseis, nuclear e renováveis.

A eletricidade, cuja existência remonta à Grécia antiga, quando Tales de Mileto observou que ao se esfregar um pedaço de lã ao âmbar, este ficava carregado de uma força que atraía pequenos corpos, puxados por elétrons livres, arrancados do âmbar. Foi também uma constatação da existência de átomos, que séculos depois deram origem à produção de energia nuclear.

Essa energia tem seu processo de produção baseado na liberação de forças que mantêm unidas as partículas dos núcleos (prótons e nêutrons) de átomos pesados, como os de urânio, tório e plutônio.

Assim, por exemplo, quando o átomo do U235 é bombardeado por nêutrons, sofre um desequilíbrio e se quebra, ou se fissiona, formando dois novos elementos, bem como de nêutrons livres, e liberando uma enorme quantidade de energia, transmitida a um refrigerante sob a forma de calor, sendo a forma mais compacta de produção de energia: um quilo de urânio corresponde ao de 2.000 toneladas de petróleo ou 3.000 de carvão, no caso dos denominados reatores rápidos.

Porém, o uso da energia nuclear requer combater preconceitos criados a seu respeito, principalmente, pela mídia e pseudos partidos ambientalistas, sem embasamentos tecnológicos. Pois, apesar de

todas as ameaças climáticas que se vive atualmente e que poderiam causar grandes devastações humanas, como enchentes diluvianas, secas e calores assassinos, vulcões, terremotos, tsunamis ou mesmo conflitos nucleares capazes de destruir nosso planeta várias vezes, a energia nuclear para fins pacíficos não é vista, várias vezes, como uma solução na mesa de decisões, por se crer que seja perigosa.

No entanto, “perigos amigos” como acidentes de trânsito matam todo ano 1,4 milhão de pessoas, acidentes de trabalho 2,3 milhões e a poluição do ar 4,2 milhões.

Já os mortos por produção de eletricidade de energia nuclear, não incluindo outros usos em reatores experimentais e na explosão de artefatos, são menos de 200 e não em um ano, mas em três acidentes, durante a operação destas plantas nos pouco mais de 70 anos de uso, a saber:

- O de Three Miles Island, nos EUA, em 1979, que liberou, por habitante, uma quantidade de radiação equivalente à recebida em um exame de raio X, mas que não ocasionou qualquer morte (uma devido a acidente de trânsito, durante a evacuação das proximidades da usina, por orientação do governador).
- O de Chernobyl, na Ucrânia, em 1986, em um antigo reator soviético usado, originalmente, para produzir material físsil para bombas nucleares. Este reator teve seus sistemas de segurança bloqueados, durante uma parada para manutenção, o que impediu suas atuações quando se iniciou uma reação em cadeia descontrolada.

Tal evento nunca teria ocorrido nos reatores do Ocidente, pois os preceitos de segurança em profundidade impediriam o bloqueio dos sistemas de segurança, mesmo durante uma parada para manutenção.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, 19 anos após o acidente, menos de 50 mortes foram atribuídas à radiação oriunda do desastre, além das mortes de bombeiros e funcionários da planta para conter o incêndio, que teriam sido em torno de 45.

- O de Fukushima, no Japão, em 1981, resultante da ocorrência concomitante de terremoto e tsunamis, que resultaram na perda do controle da refrigeração da planta, que ficava fora das paredes de contenção da planta, e com a liberação de radiação para a atmosfera, mas sem que ninguém tivesse sucumbido por esta causa, mas sim devido ao tsunami, que destruiu todas as instalações no entorno, exceto as estruturas de segurança da planta. Tal planta era da primeira geração de nucleares no Japão e os sistemas de refrigeração de emergência e baterias ficavam localizados em um prédio fora das estruturas de segurança e próximo do nível do mar, tendo sido destruídos e, portanto, não entraram em operação. Deve-se destacar que todas as grandes estruturas da região foram destruídas, como estradas, pontes, linhas de transmissão de energia, sistemas de comunicação, residências e edifícios, dentre muitos.

Atualmente, existem plantas nucleares para produção de energia em operação, ou em construção, em cerca de 36 países, sendo a maior parte delas em operação nos EUA (92) e as em construção, na China (26).

Nos últimos anos, o mundo foi acometido por uma sequência de fatos que deslocaram o eixo das preocupações mundiais para um novo contexto, com novas variáveis e novos valores, a saber:

- A crise da Covid 19, que paralisou o planeta por mais de 2 anos, indicando o despreparo de todos para combater um vírus desconhecido, que não respeita fronteiras ou classes sociais e que causou estagnação econômica, um enorme contingente de doentes e mortos,

obrigando o desenvolvimento de esforço de guerra, na busca de vacinas, em várias frentes.

- A Guerra entre Rússia e Ucrânia, que, de acordo com o *Foreign Affairs*, July/August 2022, criou uma nova ordem energética mundial, muito mais complexa que as crises do petróleo dos anos de 1970, uma vez que não se restringiu a este energético e que contaminou quase toda a economia mundial, a cadeia alimentar e diversos insumos, em particular os necessários ao desenvolvimento de transportes elétricos, como cobalto, lítio e muitos outros. Pouco depois de seu início, os EUA e Europa decretaram sanções contra a Rússia relativas a aquisição de seus produtos, realização de negócios, congelamento de contas bancárias, dentre outros, porém os EUA excluíram das sanções às aquisições de urânio enriquecido, não disponível no país, mesmo dispondo do maior parque de usinas nucleares do mundo, com 92 unidades em operação e confiando nas compras em um mercado muito mais econômico. Somente as vendas de urânio enriquecido pela Rússia aos EUA, em 2021, foram superiores a US\$1 bilhão. Na ocasião, a Rússia não só era o maior exportador de petróleo e seus derivados, mas também o fornecedor dominante do gás natural para a Europa, em cerca de 40%, sendo no caso da Alemanha, de 60%. Ela também é o maior exportador mundial de carvão e de urânio levemente enriquecido. Com a explosão dos preços das *commodities* e a ruptura do suprimento energético, as principais consequências foram a recessão, racionamento de energia e o fechamento de vários setores da economia. A Europa foi a região mais afetada, pois além de sua grande dependência energética da Rússia, passou a depender de fontes intermitentes de eletricidade, como solar e eólica, capazes de produzir apenas eletricidade. Outra consequência das sanções econômicas quanto à importação dos combustíveis russos, foi o aumento das emissões de carbono, com o início de um desprezo europeu por

seus valores ambientais, culminando com o crescimento da geração a carvão e a não inclusão nas prioridades do Programa de Governo do Parlamento Europeu, nas eleições de junho p. p.

- O conflito Israel x Hamas que, inicialmente, contou com grande apoio da maior parte dos países do Ocidente a Israel, incluindo as acusações do envolvimento direto do Irã no fornecimento de armas, logística de escavações e informações aéreas sobre alvos israelenses e suprimentos de alimentos e combustíveis. Porém, o conflito que parecia durar semanas, já se arrasta há 8 meses, com um enorme desgaste para Israel, em função de sua agressividade contra populações civis, destruição de escolas, hospitais e locais de agências humanitárias. Uma das principais consequências foi a escalada dos preços do petróleo, já que o conflito envolvia diversos grandes produtores em campos conflitantes.

- Tais eventos, cada um à sua maneira, tiveram influências nos preços de combustíveis, na geopolítica mundial e ênfase no caráter estratégico das políticas nacionais de bens e serviços. Entretanto, no médio prazo, não houve redução global no consumo de energéticos, especialmente petróleo, mas até um certo aumento.

A expansão do uso da Inteligência Artificial (IA), não só aumenta o consumo global de energia, de forma não prevista nas metodologias convencionais e recentes, mas também amplia o desafio da transição verde, porque quem digita uma pergunta para um robô virtual turbinado pela IA, como o *ChatGPT*, não imagina quanta energia esta operação envolve, além das quantidades de água para resfriar os computadores e a enorme demanda de matérias-primas para as indústrias dos *chips*.

Avaliações da Agência Internacional de Energia (AIE), do início do ano de 2024, estimou que o consumo de energia em centros de processamento de dados no mundo, em 2022, foi de 460 TWh. Deste total de consumo, 40% são para o processamento de dados, 5% para o armazenamento, 5% para equipamentos de comunicação, 10% para sistemas de fornecimento de energia, conforme:

- 0,3 Wh para uma busca no Google sem a IA;
- 2,9 Wh o consumo do *ChatGPT* para a resposta a uma pergunta;
- 10 TWh é o aumento no consumo anual global de energia que a inclusão de IA, o Google pode causar;
- 460 TWh é o consumo total dos *data centers* do mundo, equivalente ao da França; e
- Até 1.050 TWh é a projeção para 2026, igual a duas vezes o consumo anual do Brasil.

A refrigeração dos equipamentos, utiliza enormes volumes de água, também requeridos na fabricação de *chips* e de servidores. Cerca de 500 ml de água são demandados pelo *ChatGPT*, para dar entre 10 a 50 respostas, ou uma garrafa média de água mineral. Já a fabricação de *chips* mais avançados requer a mineração de diversas matérias-primas, com enormes consumos de água.

Como se não bastasse, equipamentos e dispositivos são substituídos por mais modernos, incentivando o descarte de antigos, como já vem ocorrendo nas indústrias de geradores eólicos e solares. As fazendas solares requerem milhões e milhões de litros de água para lavar seus espelhos para garantir uma eficiente geração. Tratando-se de um problema o que fazer com os painéis no fim de suas vidas

úteis, pois eles contêm chumbo e outras substâncias tóxicas, que só podem ser removidas quebrando-os no fim de suas vidas úteis, já que é muito caro reciclá-los, sendo enterrados, ou, de acordo com *New York Times* em 2019, enviados para países da África, com custos compatíveis com o negócio.

Já as turbinas eólicas, ao fim de suas vidas econômicas, têm uma deposição ainda mais complexa, devido às suas dimensões gigantescas, pois uma pá pode ser maior que a asa de um Boeing e é feita de fibra de vidro e que para serem cortadas requerem diamantes e depois colocadas em caminhões enormes para serem queimadas e finalmente enterradas, criando um enorme problema.

Tais degradações estão acontecendo em escalas pequenas atualmente, pois tais fontes representam menos de 10% do consumo nos EUA, mas com o crescimento dos investimentos como os ambientalistas reclamam, os danos serão muito maiores. Hoje os sistemas energéticos requerem apenas 0,5% do solo americano, porém se toda a energia consumida vier a ser substituída por solar e eólica, seriam 25% do solo, com consequentes perdas enormes da vida selvagem, o que não parece ser uma solução verdadeiramente VERDE.

“Assim, acreditamos que, enquanto existirem reservas de petróleo, sem um sucedâneo competitivo sob todos os setores de sua utilização, ele continuará a ser usado por, no mínimo, muitas décadas, senão séculos.”

Olga Simbalista é engenheira eletricista e nuclear e membro da Academia Nacional de Engenharia (ANE).

“Amazonês” Linguajar Amazônico Amostra do Glossário

Cláudio
Chaves

A Amazônia constitui desafio em quase todas as áreas do empreendimento humano. Isso se deve a uma série de fatores, dos quais os principais são os de natureza econômica, social, cultural, étnica e geográfica.

A colonização, depois do descobrimento, não se deu aqui, com o mesmo passo que no Sul e no Leste do país. O isolamento geográfico por longo período de cerca de três séculos resultou numa integração restrita aos índios com os caboclos.

Não houve, durante muito tempo, quase nenhuma forma de intercâmbio cultural entre a Amazônia e o resto do Brasil e do mundo. Durante a época do apogeu da borracha, porém, verificou-se intensa atividade artística, da qual dão testemunho as majestosas casas de ópera, como o Teatro Amazonas e Teatro da Paz, em Manaus e Belém, respectivamente.

Com a queda do mercado da borracha, cujo auge durara menos de 30 anos, voltou a Amazônia a sofrer quase o mesmo tipo de abandono do qual antes havia sido vítima.

Nestes últimos anos, a partir da década de 1960 do século XX, com a criação da Universidade Federal do Amazonas (1962) e o modelo econômico da Zona Franca de Manaus (1967), a Amazônia vem, rápida e prioritariamente, sendo integrada a realidade brasileira.

Todos aqueles anos de isolamento deixaram, evidentemente, profundas marcas em muitos aspectos da vida da região. Uma das áreas onde se observava notáveis efeitos da ausência de comunicação é justamente na língua falada. O Índio contribuiu com incontáveis termos para vocabulário de uso comum do caboclo.

Dentre as línguas indígenas faladas constam os idiomas próprios de cada uma das tribos que resistem até os dias de hoje mantendo suas verdadeiras identidades culturais, visto que ações de unificação desses idiomas tais como o Nheengatu ou língua geral como um Tupi Amazônico que não surtiram efeito devido a personalidade dos indígenas em não aceitar qualquer tipo de imposição aos seus costumes.

Desde o momento do “descobrimento” em que Pedro Álvares Cabral desembarcou com a sua comitiva no Monte Pascoal/BA, já habitavam no Brasil uma população estimada em 3,5 milhões de indígenas atualmente reduzidas ao quantitativo de 900 mil, dos quais em torno de 210 mil vivem na Amazônia brasileira distribuídos em 400 povos cada um com o seu próprio idioma o que corresponde a 400 diferentes linguagens indígenas.

O nordestino, que para aqui emigrou em substanciais números, também contribuiu para a linguagem regional. Começaram a surgir palavras e expressões incompreensíveis para os alienígenas.

É nessa terra maravilhosa – a nossa querida Amazônia – em que a miscigenação de árabes e judeus na prática do escambo, ciganos deportados de Portugal para o Brasil e africanos das colônias inglesas do Caribe e europeus principalmente de Portugal, Itália e Espanha dentre outros, com os índios do lugar, brotou um povo altivo, trabalhador, hospitaleiro, longo e admirável nos múltiplos aspectos – o caboclo.

O amazônida desenvolveu uma maneira própria de falar, que não chega a constituir séria dificuldade cultural, mas que, no entanto, pode bloquear ou dificultar o *rapport* em certas áreas do conhecimento, como, por exemplo, no relacionamento médico-paciente.

A ideia de compilar alguns desses termos em um pequeno glossário nasceu durante as aulas práticas de Semiologia no Curso de Medicina da Universidade Federal do Amazonas, da qual sou um dos seus egressos, quando percebi a dificuldade da maioria dos colegas não amazônicos em entender as descrições dos pacientes (caboclos na sua maior parte), durante a elaboração de anamnese.

Comecei então a reunir termos e expressões que foram acrescidos com o contato *in loco* na maioria das comunidades e dos municípios da hinterlândia do Estado do Amazonas brasileiro que dispõe desse material em abundância por representar cerca de 1/3 da Amazônia continental.

Isso tornou-se possível tanto pelo exercício da profissão de médico no atendimento, por décadas, às populações longínquas quanto na condição de parlamentar em périplos políticos nas andanças eleitorais nas barrancas amazônicas.

Esta descrição, longe de estar completa, é apenas um esboço do que se pode fazer nesse setor para tornar mais fácil a comunicação e o relacionamento humano e social entre as pessoas de outras paragens com os nativos da região.

A maioria dos termos deste pequeno glossário é de uso exclusivo na Amazônia; outros, vieram de diferentes culturas, mas são aqui frequentemente usados.

Espero que esta descrição sirva aos propósitos a que se destina, principalmente no que se refere a integração nacional.

Dentre as centenas de termos compilados, uma amostra descreve-se a seguir:

AJURI: s.m. o mesmo que puxirum. Reunião de várias pessoas para fazer um trabalho;

A MODO ou **A MODI QUE:** talvez;

ANDAÇO: diarreia, desinteria;

ASSIMILAR: corruptela de simular;

BEIJU: s.m. bolo de mandioca (massa);

BENZEDURA: s.f. reza para curar quebranto, mau olhado, etc.;

BIASE: s.f. erisipela;

CARNE DE CÃO: adj.f. indivíduo forte, resistente às enfermidades;

CARAPANÃ: s.m. mosquito das tribos Cullicini e Anophellini;

CHÁ DE BICO: s.m. lavagem intestinal;

CHICOTE: s.m. desinteria ou diarreia;

CUÍRA: adj. inquieto, irritado;

CUNHÃ: mulher jovem;

CUNHANTÃ: menina;

CUNHANTAIN: s.f. o mesmo que cunhantã;

CURUMI: s.m. menino;

CURUMIM: s.m. o mesmo que curumim;

DAR UMA QUEBRADA: exp.v. dormir a cesta. Tirar uma soneca;

DOR NA PENTE: exp.s. dor na região suprapubiana;

DOR NAS CRUZES: exp.s. dor lombar;

EMPUXO: s.m. tenesmo;

ESTAR FERRADO: exp.v. estar dormindo profundamente;

ESIPRA: s.f. erisipela;

IGAPÓ: s.n. área inundada pela enchente do rio onde a água permanece rasa;

IGARAPÉ: s.m. pequeno rio;

IGARITÉ: a.f. canoa;

ILHARGA: a.f. região lateral;

IMPALUDISMO: s.m. malária, o mesmo que paludismo;

JAPA: s.m. toldo de palha que cobre parcialmente a canoa;

LEITE DE AMAPÁ: s.m. goma usada contra debilidades orgânicas gerais;

MARIA PRETA: exp. s. antraz;

MIJACÃO: s.m. flictena que aparece nos pés;

MINGAU DE CARIDADE: s. comp. beberagem feita como fortificante geral;

MIXIRA: s.f. conserva de peixe;

MONTARIA: s.f. canoa;

MORUNGUETÁ: s.m. conversa ou diálogo agradável;

MOURA: adj. m. ou f. teimoso, obstinado, calado e tímido;

MUÍRA: adj. m. ou f. abatido, indolente, preguiçoso;

ONTONTE: adv. temp. o mesmo que antes de ontem;

PANEMA: adj. m. ou f. abatido, triste;

PAQUETE: s.m. menstruação.

PERNA COMO TRONCO DE TAPEREBAZEIRO: exp. adv. perna com nódulos de varizes;

PIRACUÍ: s.m. prato amazônico feito de peixe seco reduzido e processado com farinha;

PUQUECA: s.f. pequena quantidade. Um pouco;

PUXIRUM: s.m. reunião de várias pessoas para fazer um trabalho;

QUEBRADA: s.f. cesta, soneca;

REGRADOR: s.m. corruptela de irrigador;

REPIQUETE: s.m. nova e repentina subida das águas;

SACACA: s.f. planta da fam. das Euforbiáceas (Choton cajuçara) que se acredita ter propriedades medicinais (fígado). Também bruxaria, despacho, feitiço;

SUCURI: Réptil de tamanho grande podendo alcançar até 4 metros de comprimento. Anaconda, boiaçu, boiuna e cobra grande;

SUCUBA: s.f. planta medicinal usada como vermífugo e laxativo;

TAMBATAJÁ: s.m. planta que simboliza um amor grandioso, o amor eterno, o amor perfeito. Apresenta em uma de suas faces as nervuras que se parecem com a genitália feminina;

TORDIA: adv. tempo, corruptela de outro dia;

TORONTE: adv. tempo, corruptela de anteontem. O mesmo que ontente;

TRACUMANJÁ: espécie de cágado de água doce semelhante ao Mata-matá;

TRESONTONTE: adv. tempo, antes de anteontem;

TRUSDIA: adv. tempo mesmo que tordilha;

XIBÉ: e.m. bebida nutritiva, semelhante ao mingau de caridade.

“O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-á um capítulo da história da civilização.”

Presidente Getúlio Vargas, Amazonas em 9 de outubro de 1940.

“Amazonas, o meu sangue nasce nas suas entranhas e nos seus mistérios meus olhos vagueiam, vida, fauna, flora o meu sacramento!”

(Versos da canção: “Amazonas meu Amor”, Chico da Silva, 1988.)



Sesc Senac

2022-2026

Presidente

José Roberto Tadros

Vice-Presidente Administrativo

Antônio Florencio de Queiroz Júnior

Vice-Presidentes

1º Abram Abe Szajman

2º Luiz Carlos Bohn

3º Francisco Valdeci de Sousa Cavalcante

Darci Piana

Edison Ferreira de Araújo

José Aparecido da Costa Freire

José Wenceslau de Souza Júnior

José Marconi Medeiros de Souza

Sebastião de Oliveira Campos

Marcelo Baiocchi Carneiro

Raniery Araújo Coelho

Vice-Presidente Financeiro

Leandro Domingos Teixeira Pinto

Diretores Administrativos

1º Marcelo Fernandes de Queiroz

2º Bernardo Peixoto dos Santos

Oliveira Sobrinho

Diretores Financeiros

1º Ademir dos Santos

2º Ladislao Pedroso Monte

Diretores

Abel Gomes da Rocha Filho

Aderson Santos da Frota

Alexandre Sampaio de Abreu

Ari Faria Bittencourt

Armando Vergílio dos Santos Júnior

Hélio Dagnoni

Idalberto Luiz Moro

Ivo Dall'acqua Junior

Itelvino Pisoni

José Lino Sepulcri

Kelsor Gonçalves Fernandes

Maurício Aragão Feijó

Marcos Antonio Carneiro Lameira

Maurício Cavalcante Filizola

Nadim Elias Donato Filho

Nilo Ítalo Zampieri Júnior

Rubens Torres Medrano

Conselho Fiscal

Carlos de Souza Andrade

Domingos Tavares de Sousa

Valdemir Alves do Nascimento

Suplentes da Diretoria

André Luiz Roncatto

Antonio de Sousa Freitas

Daniel da Silva Amado Felício

Daniel Mesquita Coelho

Denis Oliveira Cavalcante

Edimilson Pereira de Assis

Francisco Valdenir Machado Elias

Geraldo Vieira Rocha

Gilberto de Andrade Costa

Guilherme Marconi Coutinho De Souza

Hercílio Araújo Diniz Filho

Jadir Correa da Costa

James Thorp Neto

Jeferson Furlan Nazario

Jorge Luiz das Neves Moraes

José Gilton Pereira Lima

Josué Souza Rocha

José Marcos de Andrade

José Carlos Raposo Barbosa

Luís Antonio Bezerra Lacerda

Marco Sérgio Pessoz

Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues

Ozeas Gomes da Silva

Paulo Rogério Tadros

Pedro Juca de Oliveira

Pedro Coelho Nasser

Renato Campos Carvalho

Suplentes do Conselho Fiscal

Ana Luiza Araújo Freire Soares

Lázaro Luiz Gonzaga

Hugo Lima França

Carta Mensal